



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RPMS' and 'R.'.

Relatório de Gestão

2011

Índice

1. Introdução	4
2. Organização do Município	5
2.1 Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo	5
2.2 Câmara Municipal – Órgão Executivo	5
3. Recursos Humanos	7
3.1 Introdução	7
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2005/2009	7
Análise de dados por Vínculo:	8
Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ categoria/ género	9
Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência	10
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o categoria, género e a idade	10
Caracterização dos Recursos Humanos segundo a categoria, Género e as Habilitações Literárias	11
3.3 Absentismo	13
3.4 Recrutamento e Selecção	14
3.5 Formação Profissional	15
3.6 Iniciativa de Emprego 2009	16
Contratos Emprego -Inserção:	17
Estágios Qualificação -Emprego:	17
Estágios Profissionais e Curriculares	18
Situação Económica/ Financeira	19
Introdução	19
4. Análise da Execução Orçamental	20
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado	20
4.2 Receita	26
Estrutura e Evolução	26
Execução Orçamental	33
4.3 Despesa	37
Estrutura e Evolução	37
Execução Orçamental Despesa	45
Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)	47
Despesa com o Pessoal	49
Fundo Social Municipal	54
Transferências Correntes e de Capital	56
Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:	57
Aquisição de Bens de Capital	58
4.4 Saldo Gerência – Resumo Fluxos de Caixa	62
4.5 Indicadores Estatísticos	63
4.6 Endividamento	64

Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	64
Limite Legal Endividamento Líquido Municipal	66
5. Balanço e Demonstração de Resultados	70
Balanço	70
Demonstração de Resultados	76
Custos	77
Proveitos	78
6. Aplicação de Resultados	80
7. Factos relevantes ocorridos após o exercício	81
8 - Contabilidade de Custos	82
9. Considerações Finais	85

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1. Introdução

O presente Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2011.

Neste sentido, evidenciará os seguintes aspetos:

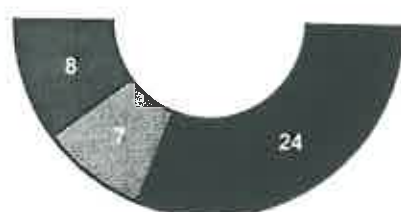
- 1) Caracterização dos recursos humanos;
- 2) A evolução da situação económico-financeira;
- 3) Os níveis de execução alcançados, referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal;
- 4) A análise da situação económica relativa ao exercício, avaliando-se, designadamente a evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o endividamento líquido;
- 5) A situação financeira da Autarquia, considerando-se os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam.

2. Organização do Município

2.1 Órgãos de Administração do Município 2010-2013

Assembleia Municipal
Presidente
José Eugénio Dias Ferreira



■ PSD ■ PS ■ Independentes

Câmara Municipal
Presidente da Câmara
Ricardo Pereira Alves



■ PSD ■ PS ■ Independentes

Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

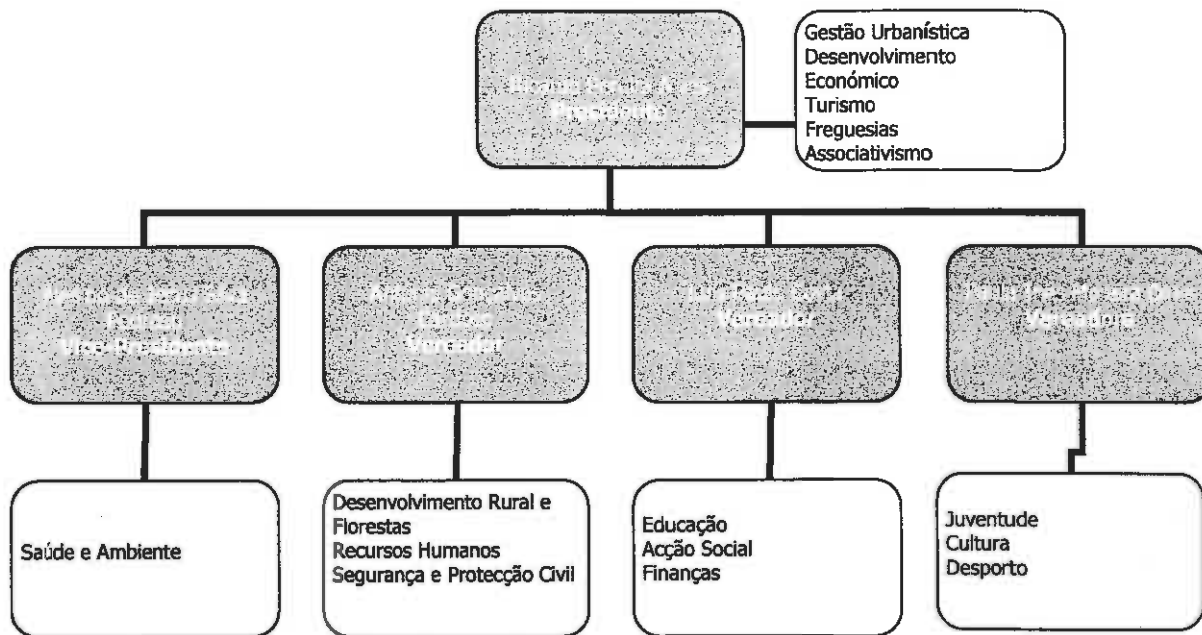
De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 39 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 18 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 26 de Fevereiro, 16 de Abril, 18 de Junho, 24 de Setembro e 17 de Dezembro.

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2011 a Câmara Municipal efetuou 25 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária.



Vereadores sem Pelouros Atribuídos

Alfonso Mendes
Vereador

Fernando Miguel Duarte Vaz
Vereador

Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:

Chefe de Gabinete: Paulo José Gomes Rodrigues, Eng.

Secretária: Maria José de Oliveira Nobre

3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

O ano de 2011 foi marcado pelo contexto de mudança que atravessa a Administração Pública portuguesa que, não deixando de fora os Municípios, assim exigiram mais da sua organização e dos seus trabalhadores.

A concretização das medidas de austeridade focalizou-se também no âmbito da gestão das pessoas e dos serviços e foi exigido à Autarquia adotar a transformação do regime do emprego público no que concerne à excecionalidade dos recrutamentos efetuados, não deixando porém de intensificar a utilização das tecnologias da informação e comunicação, revalorizar as metodologias da nova gestão pública e focalizar o serviço público na satisfação dos cidadãos.

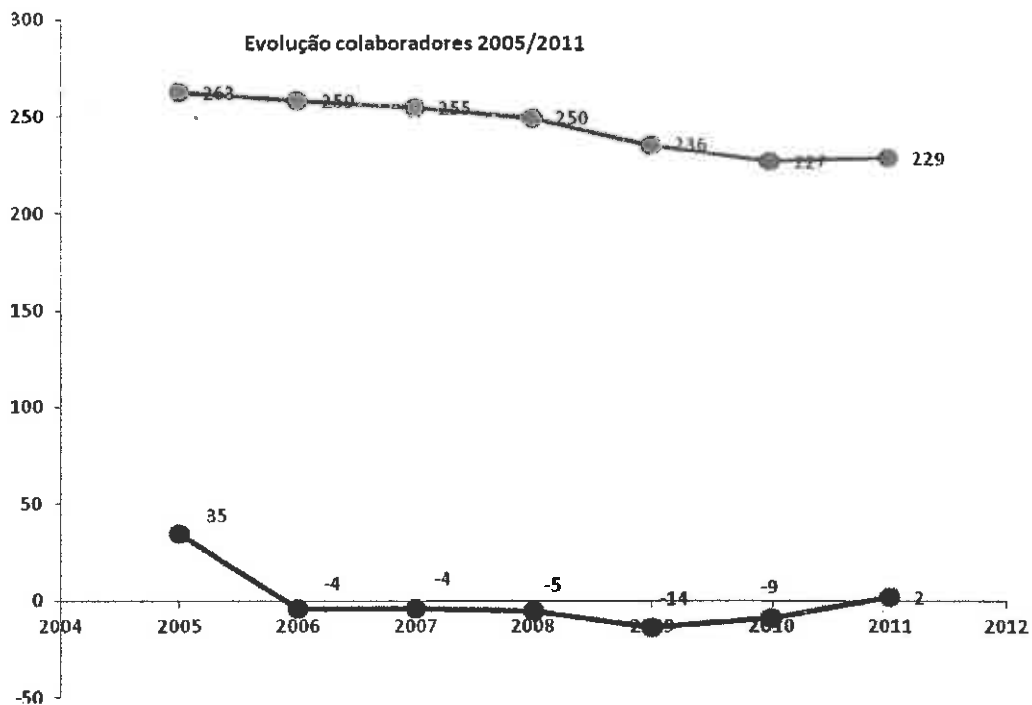
A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2011 foi direcionada também para a consolidação da despesa na área, a dotação de maior estabilidade e equilíbrio na rotação do pessoal e para a aposta na melhoria das competências, qualificação e flexibilidade dos seus trabalhadores, no sentido de proporcionar a prestação de serviços ao munícipe com maior qualidade.

A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2011, evidencia o atrás referido e as crescentes responsabilidades da Autarquia resultantes da prossecução das suas atribuições e competências.

3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2005/2011

Ao longo dos últimos sete anos foi registada uma diminuição do pessoal ao serviço da Autarquia; relativamente ao ano de 2011, por comparação com 2010, verificou-se um acréscimo de 2 trabalhadores, perfazendo 229.

	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.	2010	Var.	2011	Var.
Nomeação Definitiva	202	200	-2	186	-14	185	-1						
Contrato Administrativo de Provisão	4	1	-3	0	-1	0	0	178	-7	200	0	202	2
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado	0	2	2	11	9	22	11	22	0				
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	48	41	-7	41	0	40	-1	33	-7	25	-8	25	0
Requisições a Outros	1	1	0	1	0	0	-1						
Requisições de Outros	1	1	0	0	-1	1	1						
Destacamentos	0	0	0	2	2	0	-2						
Cedência Especial CMA	0	1	1	1	0	0	-1						
Cedência Especial Outros	0	1	1	1	0	1	0	2	0	1	-1	1	0
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	7	11	4	12	1	1	-11	1	0	1	0	1	0
	263	259	-4	255	-4	250	-5	236	-14	227	-9	229	2



Análise de dados por Vínculo:

- Trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: 88,21%;
- Trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo: 10,92%;
- Trabalhadores em regime de contrato de prestação de serviços: 0,44%;
- Colaboradores em regime de mobilidade interna: 0,44%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que em 2011 o número de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo manteve-se. Porém, atendendo a que alguns destes postos de trabalho satisfaziam necessidades permanentes do serviço, e que essas devem ser solucionadas pela Autarquia com relações jurídicas de emprego público sem termo, alguns desses postos de trabalho foram convertidos em postos de trabalho com contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, compensado o seu acréscimo com a tendência da desvinculação dos trabalhadores da Administração Pública através da saída por aposentação, quer antecipada, quer por situações de invalidez e para exercício em outras entidades públicas ou privadas.

Relativamente aos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo, 20% desenvolvem atividades na área da educação e 32% exercem atividades sob supervisão das Juntas de Freguesia.

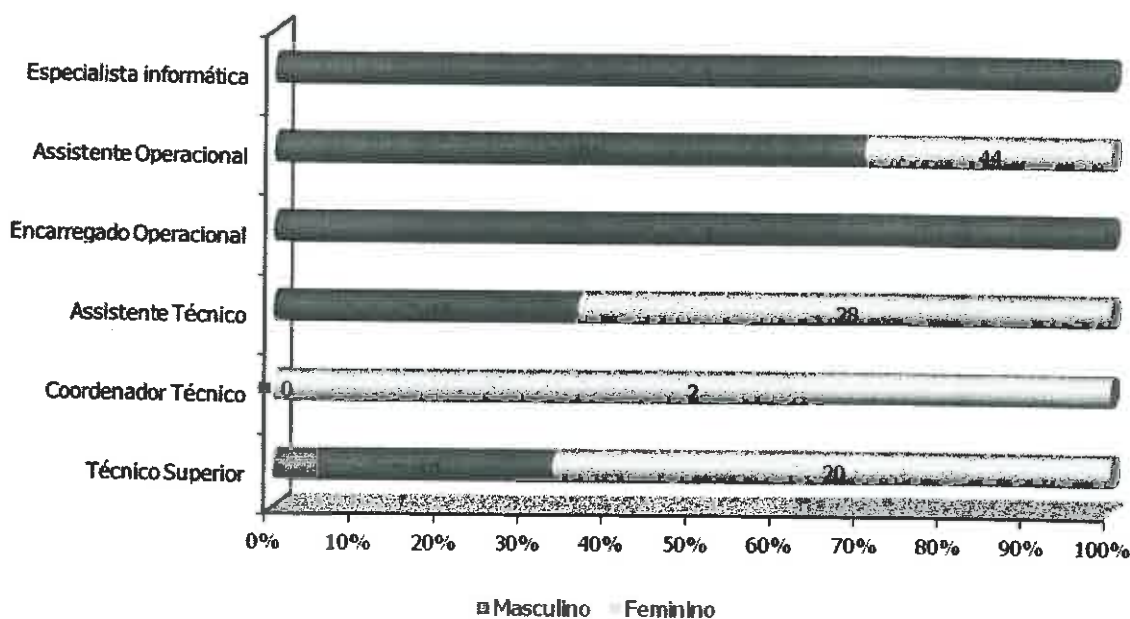
A situação existente do colaborador em regime de prestação de serviços na área de advocacia é excecional e persiste nos termos da lei.

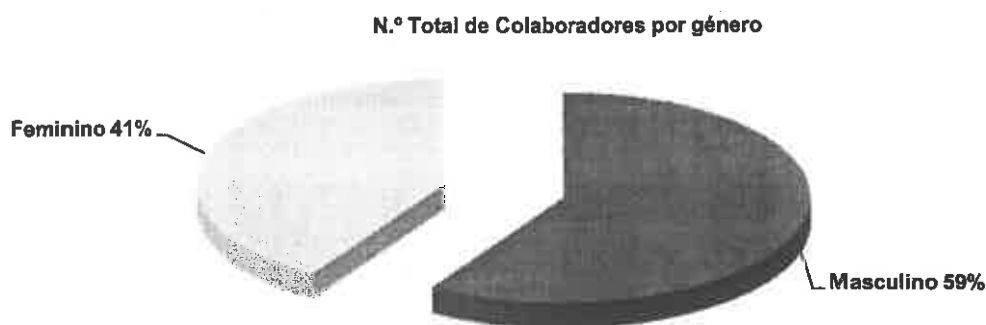
Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ categoria/ género

Trabalhadores em C.T.E.P. por tempo indeterminado			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	6	18	24
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	16	27	43
Encarregado Operacional	3	0	3
Assistente Operacional	93	37	130
Especialista informática	1	0	1
Total	119	84	203

Trabalhadores com termo resolutivo certo e em regime de prestação de serviços			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	4	2	6
Assistente Técnico	0	1	1
Assistente Operacional	12	7	19
Total	16	10	26

N.º de Colaboradores total do Município por género e por categorial





Quanto ao género, 58,9% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 41,1% do género feminino, sublinhando-se que 78,95% dos trabalhadores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional; 63,64% dos trabalhadores da categoria de Assistente Técnico e 66,66% dos trabalhadores da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 229 colaboradores do Município de Arganil, 0,44% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência			
Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	0	1	1
Total	0	1	1

Caracterização dos Recursos Humanos segundo a categoria, o género e a idade

Atendendo ao quadro seguinte, verifica-se que 41,48% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 45 e 54 anos de idade e, nesse intervalo, 62,10% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 40 anos, a maior percentagem de colaboradores corresponde ao género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 48 anos. De acordo com a presente estrutura etária e considerando o tempo de serviço de cada

colaborador, é de esperar que nos próximos anos cessem o seu vínculo por aposentação ou invalidez 2 colaboradores por ano.

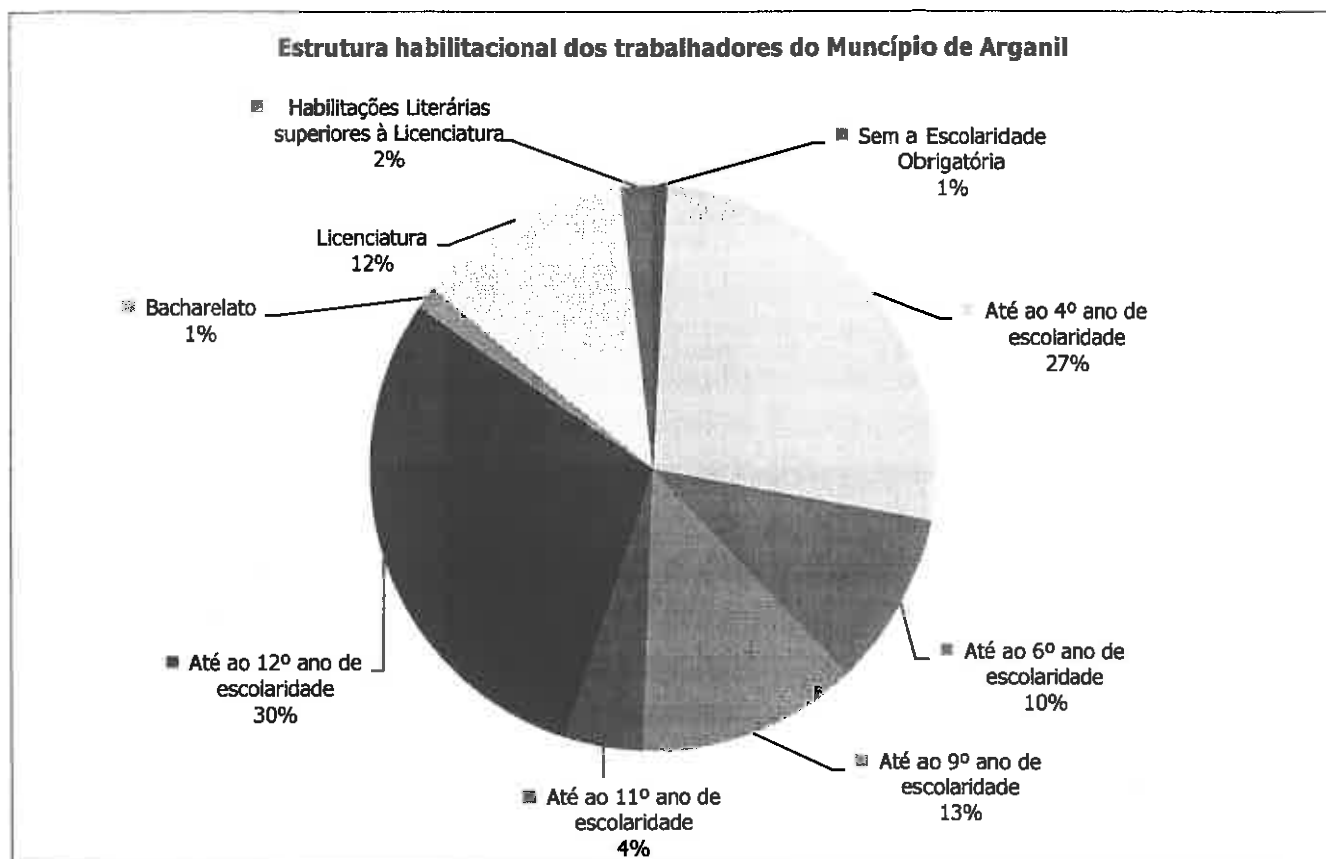
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade

Intervalo de Idades	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado Operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
(25 - 29)	2	2	0	1	0	2	0	0	7
(30 - 34)	2	5	1	5	6	5	1	0	25
(35 - 39)	4	8	1	5	7	8	0	0	33
(40 - 44)	1	1	5	6	13	8	0	0	34
(45 - 49)	0	2	2	3	24	10	0	0	41
(50 - 54)	0	1	4	8	35	6	0	0	54
(55 - 59)	1	1	2	1	16	2	0	0	23
(60 - 64)	0	0	1	1	7	3	0	0	12
TOTAL	10	20	16	30	108	44	1	0	229

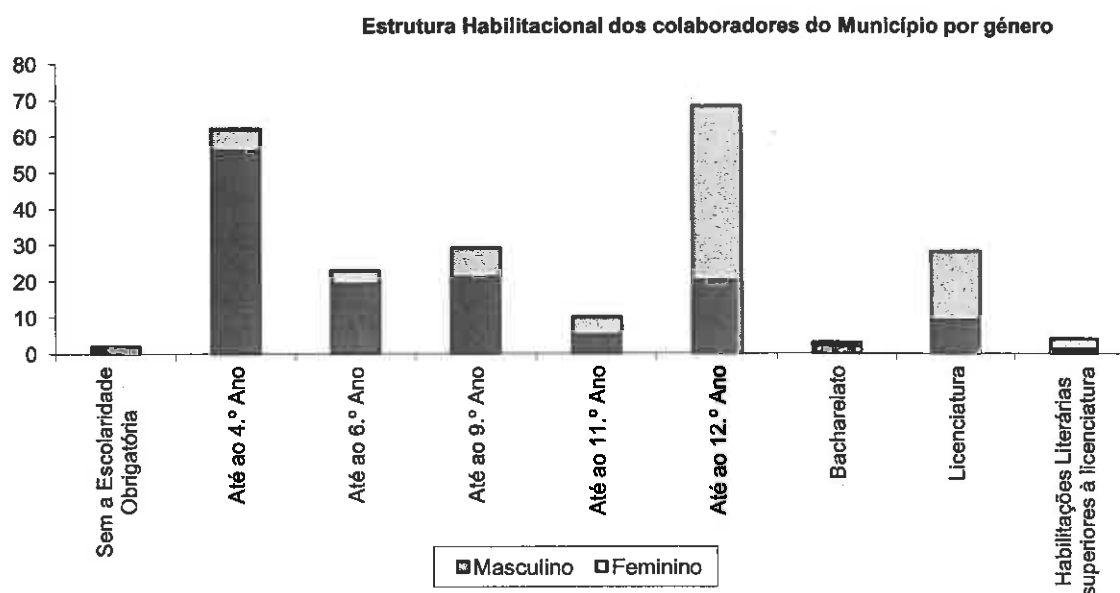
Caracterização dos Recursos Humanos segundo a Categoria, Género e as Habilitações Literárias

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilitações Literárias

Níveis de escolaridade	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Sem a Escolaridade Obrigatória	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Até ao 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	56	6	0	0	62
Até ao 6º ano de escolaridade	0	0	0	0	19	4	0	0	23
Até ao 9º ano de escolaridade	0	0	0	0	21	8	0	0	29
Até ao 11º ano de escolaridade	0	0	3	2	2	3	0	0	10
Até ao 12º ano de escolaridade	0	0	13	26	7	22	0	0	68
Bacharelato	2	1	0	0	0	0	0	0	3
Licenciatura	7	16	0	2	1	1	1	0	28
Habilitações Literárias superiores à Licenciatura	1	3	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	12	20	16	30	106	44	1	0	229



A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 27,95% dos seus colaboradores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 10,04% detêm o 2º ciclo e 12,66% têm o 3º ciclo. 29,69% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 15,28% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior é o grau de habilitações literárias, maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino. O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município de Arganil tem aumentado ao longo do tempo.



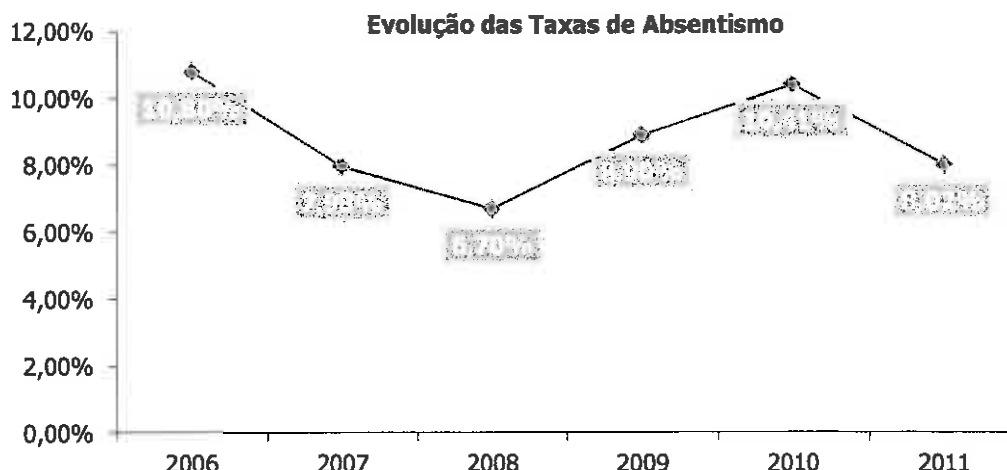
3.3 Absentismo

Absentismo		
Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por greve	16	0,40%
Falta por actividade sindical	5,5	0,14%
Falta por casamento	30	0,74%
Dispensa para avaliação para adopção	1,5	0,04%
Faltas e licenças por maternidade	302	7,47%
Faltas e licenças por paternidade	65	1,61%
Consultas médicas ou tratamento ambulatorio com menores de 10 anos	42,5	1,05%
Faltas para provas de concursos	5	0,12%
Consultas médicas ou tratamento ambulatorio com familiares	103	2,55%
Falta por falecimento de familiar	67,5	1,67%
Faltas por doença	2391	59,15%
Faltas por doença (internamento)	25	0,62%
Falta para Assistência a Familiares	7	0,17%
Falta para Assistência a Familiares maiores 12 anos	1	0,02%
Falta para Assistência a Familiares menores 12 anos	31	0,77%
Falta por Acidente em Serviço	246	6,09%
Faltas para Consultas Médicas	221	5,47%
Faltas e licenças ao abrigo do Estatuto de Trabalhador Estudante	200	4,95%
Falta por cumprimento de Obrigações Legais	9	0,22%
Doação de sangue	3	0,07%
Acompanhamento escolar	11	0,27%
Descansos Compensatório por trabalho extraordinário	198,5	4,91%
Participação em mesa eleitoral	8	0,20%
Faltas injustificadas	1	0,02%
Autoformação profissional	51,5	1,27%
Total	4042	

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2011, considerando os seguintes factores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, excepto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2011 (229) e o total de faltas registado no mesmo ano (4042).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2011 situou-se nos 8,02%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos seis anos:



As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2011 foram as motivadas por doença, maternidade e paternidade, acidentes em serviço, consultas médicas e estatuto de trabalhador-estudante, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

As ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram para além daquelas que têm maior peso na taxa de absentismo, as motivadas por autoformação profissional e falecimento de familiares (21 e 20 colaboradores, respetivamente). As ausências para autoformação profissional são relativas a 21 colaboradores e neste âmbito foram frequentadas 25 ações de formação profissional.

Comparativamente com o ano de 2010, a taxa de absentismo decresceu 2,39% tendo sido as faltas motivadas maternidade e paternidade aquelas que mais contribuíram para esse decréscimo.

3.4 Recrutamento e Seleção

Durante o ano de 2011 foram abertos e desenvolvidos os seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento e ou utilizadas as reservas de recrutamento:

Contratos em funções públicas por tempo indeterminado			
Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
Técnico Superior	Economia	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
	Turismo	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
Especialista de informática	Informática	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
Assistente Técnico	Turismo	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
	Educação	1	
	Administrativa	1	
Assistente Operacional	Águas	1	Divisão de Gestão Urbanística
	Pintura e sinalética	1	
	Vias	1	
	Cozinha	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
	Ação Educativa	1	

Contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado			
Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
Técnico Superior	Informática	1	Divisão de Gestão Urbanística
	Direito	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
Assistente Técnico	Biblioteca e documentação	1	Divisão de Desenvolvimento económico e Social
Assistente Operacional	Vias	2	Divisão de Gestão Urbanística
	Edifícios e equipamentos	1	

3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 10,52 horas de formação profissional em 2011, num volume de 2377 horas de formação profissional, excluindo deste cômputo as 296,8 horas de autoformação profissional. Os dados anteriores representam o esforço municipal em dotar os seus recursos humanos de competências suficientes para o desempenho eficiente, eficaz e qualitativo das suas funções.

Área de Formação	Designação da Acção	Duração Horas	Nº de partic.	Entidade Formadora
Ambiente	Planear RPFGC.M1	21	1	Autoridade Florestal Nacional
	Planear RPFGC.M2	14	1	Autoridade Florestal Nacional
	Sistema Avaliação da Qualidade Serviços Águas e Resíduos prestados aos utilizadores	21	2	ERSAR
	Manutenção em sistemas de abastecimento de água	21	4	ADIP
Balcão único	Registo de cidadãos comunitários	7	2	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
	Comunicação institucional e atendimento	21	4	ADIP
Biblioteca	Atelier de Conservação e Restauro de Livros	3	1	Escola Secundária de Arganil
	Oficina de promoção do livro e da leitura para crianças e jovens	20	5	Município de Arganil
	Encontros: bibliotecas - desafios na sociedade atual	7	1	DRBE
		6	2	Autoridade Florestal Nacional
		6	1	Autoridade Florestal Nacional
	V Conferência Internacional Plano Nacional Leitura	14	1	Fundação Calouste Gulbenkian
Desporto	10º Encontro Nacional de Arquivos Municipais	7	1	APBAD
	Congresso de Biomecânica	3,5	1	Universidade de Coimbra
Educação e Ação Social	I Colóquio "Excesso de Peso nas crianças em idade escolar"	7	2	Conselho Clínico do AC e Pinhal Interior Norte 1
	The strengthening families program	12	1	CEIFAC
Formação inicial	Sessão inicial PEPAL	7	8	CEFA
	Primeiros socorros e comportamentos em situações de emergência	21	43	ADIP
Gestão	Gestão de Stocks	21	5	ETP Sicó
	Sistema de Gestão de Águas e Sistema de Taxas e Licenças	14	1	Programa de Treino MA
Informática	Formação Joomla	4	2	I. zone
	Plataforma Eletrónica de Contratação Pública	7	12	Construlink
	Sistema de controlo de empreitadas	3,5	4	AIRC
	Gestão de Stocks	14	1	AIRC
	SGA - Sistema de Gestão de Água	28	1	AIRC
	OE 2011 - Consequências práticas na gestão de recursos humanos: LVCR, SIADAP e Recrutamento	7	1	Link Think
Jurídica	O novo código de contratação pública (abordagem prática e elaboração de peças procedimentais)	21	2	CEFA
	Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial	28	2	CEFA
	Execuções fiscais	14	2	AIRC
	Execuções fiscais	28	2	ATAM
	Segurança contra incêndios (DL nº220/2008 e Portaria nº1532/2008)	35	4	CEFA
	Licenciamento Zero	7	3	CEFA
	RAP - Reunião Aperfeiçoamento Profissional	7	1	ATAM
	Código das Expropriações	36	1	Ordem dos Advogados
	Código dos Contratos Públicos e suas especificidades	21	4	ETP Sicó
	Licenciamento Industrial	21	3	ADIP
Turismo	I Conferência Internacional de Turismo	7	1	Turismo de Portugal
	Atendimento e Guia Turístico	21	5	ETP Sicó
Urbanismo	Reimaginar a cidade: cultura, cidadina e comunidade	2,5	1	ACERT e Município de Tondela
	Iniciação aos sistemas de informação geográfica em ARCGIS (10)	5	2	ISEC
	Sistema de Informação Geográfica - Avançado	35	1	CEFA
	Os planos diretores municipais de segunda geração e o Planeamento da defesa da floresta contra incêndios	7	2	CCDRC
Total		612,5		

3.6 Iniciativa de Emprego 2011

A Iniciativa Emprego 2011 integrou um conjunto de medidas que visaram, no contexto particular da crise económica internacional e da situação do mercado de trabalho, estimular a

criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados, missão à qual o Município de Arganil aderiu promovendo:

Contratos Emprego -Inserção:

A promoção de contratos emprego -inserção é direccionada para desempregados beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização, durante um período máximo de 12 meses, de atividades socialmente úteis tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contacto com o mundo do trabalho dos desempregados, evitando o seu risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu no ano de 2011, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 26 projetos neste âmbito:

Contratos Emprego - Inserção				
Área de actividade	Género e Nº de colaboradores		Tipo	Observações
	M	F		
Limpeza e conservação de espaços públicos	9	0	Contratos Emprego-inserção	4 Concluídos e 5 em curso
Vigilância de crianças	0	5		Concluídos
Serviços Gerais	0	3		Concluídos
Transportes pesados	2	0		Concluído
Limpeza e conservação de espaços públicos	2	3	Contratos Emprego-inserção +	Concluídos
Total	13	11	*	5 Projectos em curso e 19 concluídos

Estágios Qualificação -Emprego:

Os estágios qualificação -emprego dirigem-se a desempregados, à procura do primeiro ou novo emprego, com 35 ou mais de idade, têm a duração de 12 meses e visam facilitar a inserção ou reconversão de desempregados, nomeadamente dos que obtiveram uma qualificação há menos de 3 anos, complementando as novas competências através de formação prática em contexto laboral. O Município de Arganil promoveu no ano de 2011, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 3 estágios, a saber:

Estágios Qualificação - Emprego				
Área de actividade	Género e Nº de colaboradores		Locais de trabalho	Observações
	M	F		
Jardinagem	0	3	Vila de Arganil	3 em curso e 4 Concluídos
Total	0	3	*	3 Projectos concluídos

Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2011, o Município de Arganil proporcionou 8 estágios profissionais, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local (4ª Edição), financiados pela tipologia de intervenção 5.2 do Programa Operacional Potencial Humano do Quadro de Referência Estratégico Nacional e acolheu também vários estágios curriculares, consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal.

Estágios Profissionais

Área do Estágio	Duração	Nº de estagiários
Engenharia Informática	12 meses	1
Direito		1
Engenharia Civil		1
Engenharia do Ambiente		1
Informação Arquivística e Biblioteconómica		1
Arqueologia		1
Arquitetura		1
Eletromecânica		1
Total		8

Estágios Curriculares

Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Técnico de multimédia	1	Agrupamento de Escolas de Arganil
Técnico de práticas administrativas	2	
Técnico de Turismo Ambiental e Rural	2	
Técnico de Informática de Gestão	2	
Técnico de turismo ambiental e rural	2	ADEPTOLIVA
Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho	1	Forseguro
Jardinagem e espaços verdes	3	IEFP
Técnico de gestão desportiva	2	
Técnico de Proteção Civil	1	ANETE
Engenharia Civil	1	
Informação e animação turística	2	Escola Secundária de Oliveira do Hospital
Técnico de Saúde Ambiental	2	Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra
Técnico de Topografia	1	Conclusão
Técnico de Turismo e Lazer	1	Instituto Politécnico da Guarda
Gestão	1	Universidade de Aveiro
Técnico de turismo ambiental e rural	1	ADIBER
Ação Educativa NEE	1	Aula Zero
Total	26	

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2011.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2011.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º2/2007, de 15 Janeiro e no Orçamento de Estado.

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2011 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em 07 e 18 de Dezembro de 2010.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2011, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

O Orçamento de 2011 do Município de Arganil foi aprovado com um valor de 17.907.889,00€, tendo registado um decréscimo de 3.299.809,00€ (-15,56%), relativamente ao exercício de 2010.

O Orçamento Inicial da Receita para 2011 foi aprovado com um valor total de 17.907.889,00€ dos quais 8.195.989,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 9.711.900,00€ respeitavam à receita de capital estimada.

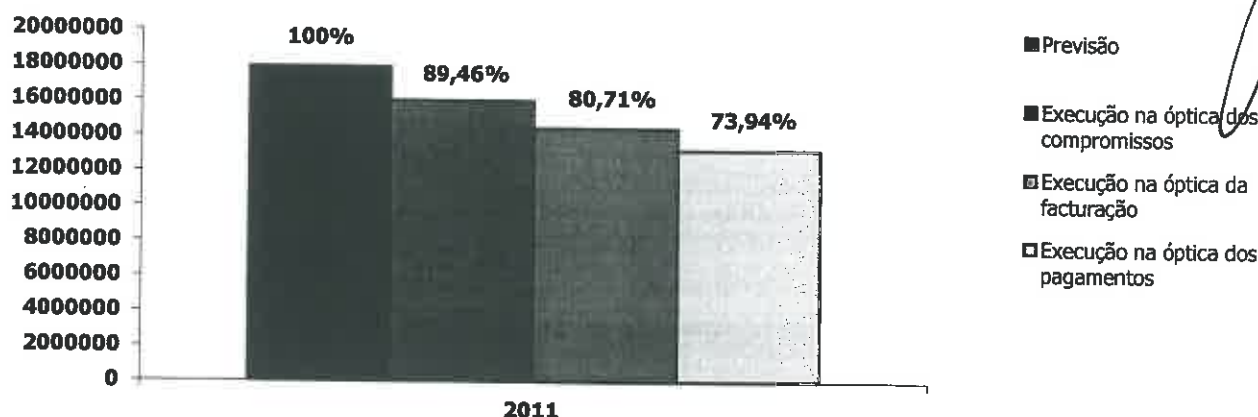
A receita total cobrada totalizou a importância de 12.983.172,27€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 72,50%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 17.907.889,00€, correspondendo 8.195.989,00€ às despesas correntes e 9.711.900,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 73,94%.

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 89,46%, verificada na ótica do compromisso (do exercício), demonstra que do total da Despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, grande parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer à data de 31-12-2011. Devido às transferências comunitárias e à redução nas transferências do Orçamento de Estado, ao contrário do que era expectável, não terem acompanhado este

esforço da autarquia, a execução na perspectiva do pagamento ficou nos 73,94% (em 2010 foi de 67,81%).



Os totais do orçamento inicial e final mantiveram-se inalterados, visto não ter existido nenhuma revisão orçamental no exercício. Analisando rubrica a rubrica, constata-se alterações dentro das despesas correntes e dentro das despesas de capital, em resultado das 8 alterações orçamentais verificadas durante o ano de 2011, que tiveram como objectivo ajustar as previsões orçamentais.

Execução Orçamental						
	Inicial	Orçamento Final	Var.	Executado	Execução Desvio	%
Receita						
01- Impostos directos	1.194.446,00	1.194.446,00	0,00	1.342.262,31	147.816,31	112,38%
02- Impostos indirectos	27.169,00	27.169,00	0,00	14.530,19	-12.638,81	53,48%
04 - Taxas multas e outras penalidades	297.702,00	297.702,00	0,00	264.126,44	-33.575,56	88,72%
05 - Rendimentos de propriedade	1.318.412,00	1.318.412,00	0,00	933.953,33	-384.458,67	70,84%
06 - Transferências correntes	4.315.350,00	4.315.350,00	0,00	4.216.773,19	-98.576,81	97,72%
07 - Venda bens e serviços correntes	836.628,00	836.628,00	0,00	899.432,97	62.804,97	107,51%
08 - Outras receitas correntes	206.282,00	206.282,00	0,00	90.883,57	-115.398,43	44,06%
Total das Receitas Correntes	8.195.989,00	8.195.989,00	0,00	7.761.962,00	-434.027,00	94,70%
09 - Venda de bens de capital	1.150.500,00	1.150.500,00	0,00	111.809,94	-1.038.690,06	9,72%
10 - Transferências capital	7.679.774,00	7.679.774,00	0,00	5.082.609,27	-2.597.164,73	66,18%
13 - Outras receitas de capital	881.126,00	881.126,00	0,00	4.395,50	-876.730,50	0,50%
Total das Receitas de Capital	9.711.400,00	9.711.400,00	0,00	5.198.814,71	-4.512.585,29	53,53%
15 - Reposições não abatidas aos pag.	500,00	500,00	0,00	22.395,56	21.895,56	4479,11%
Total da Receita	17.907.889,00	17.907.889,00	0,00	12.983.172,27	-4.924.716,73	72,50%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.912.638,00	3.732.488,00	180.150,00	3.605.062,28	-127.425,72	96,59%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.065.101,00	3.335.351,00	-270.250,00	2.600.346,91	-735.004,09	77,96%
03 - Juros e outros encargos	190.500,00	202.500,00	-12.000,00	189.789,94	-12.710,06	93,72%
04 - Transferências correntes	582.750,00	459.250,00	123.500,00	394.759,70	-64.490,30	85,96%
06 - Outras despesas correntes	445.000,00	466.400,00	-21.400,00	386.885,78	-79.514,22	82,95%
Total das despesas correntes	8.195.989,00	8.195.989,00	0,00	7.176.844,61	-1.019.144,39	87,57%
07 - Aquisição de bens de capital	8.571.900,00	8.521.900,00	50.000,00	4.984.118,23	-3.537.781,77	58,49%
08 - Transferências de capital	585.000,00	635.000,00	-50.000,00	554.560,62	-80.439,38	87,33%
09 - Activos financeiros	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	-25.000,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	530.000,00	530.000,00	0,00	525.584,89	-4.415,11	99,17%
Total das despesas de capital	9.711.900,00	9.711.900,00	0,00	6.064.263,74	-3.647.636,26	62,44%
Total da Despesa	17.907.889,00	17.907.889,00	0,00	13.241.108,35	-4.666.780,65	73,94%

Os agregados correntes da receita e da despesa, apresentaram níveis de execução na ótica dos pagamentos de 95% e 88% respetivamente, sendo taxas de concretização maiores que as registadas nas rubricas de capital.

Relativamente às alterações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais	Data
1.ª Alteração	26-04-2011
2.ª Alteração	30-06-2011
3.ª Alteração	31-08-2011
4.ª Alteração	02-11-2011
5.ª Alteração	18-11-2011
6.ª Alteração	23-12-2011
7.ª Alteração	26-12-2011
8.ª Alteração	29-12-2011

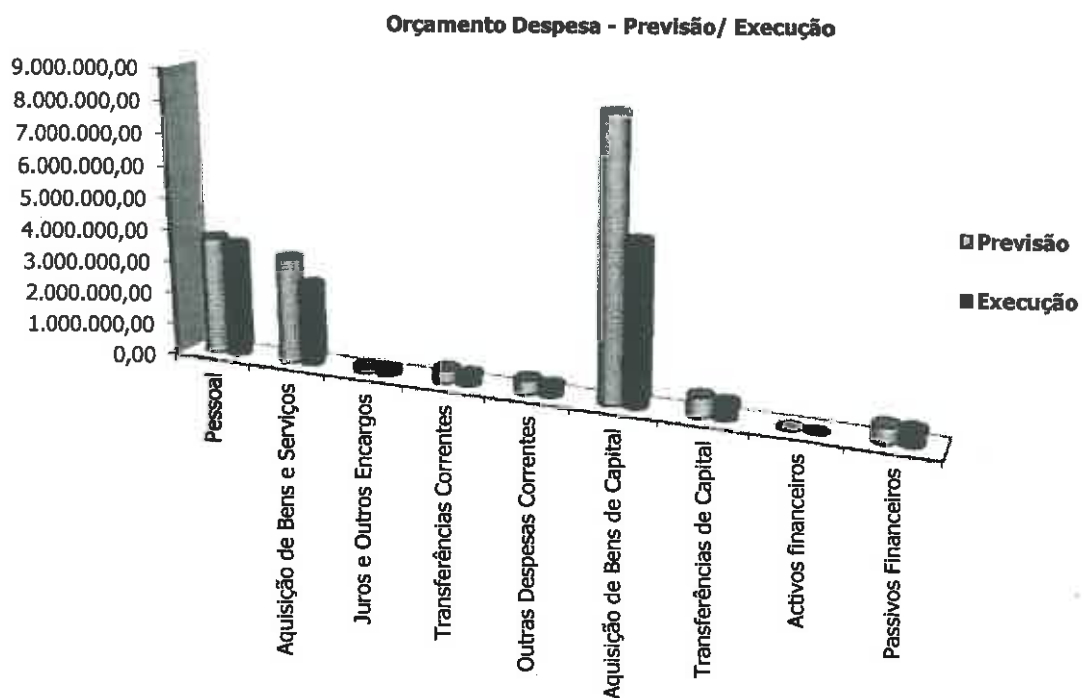
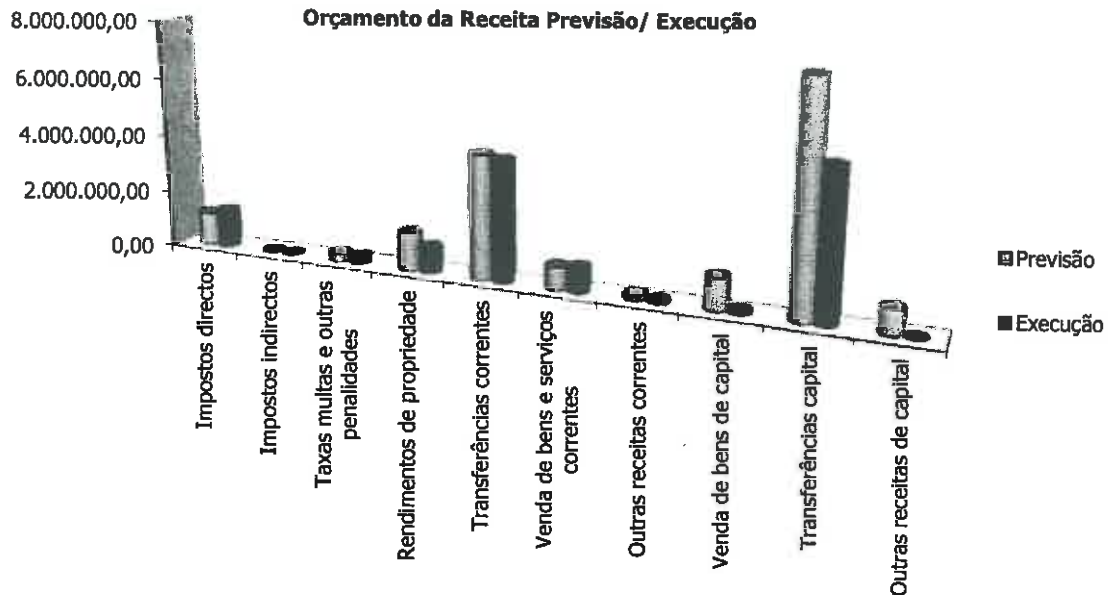
As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

Modificações Orçamentais, por Natureza Económica								
Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. Despesas Correntes	8.195.989,00	45,77%	429.600,00	429.600,00	8.195.989,00	45,77%	0,00	0,00%
1.1 Pessoal	3.912.638,00	21,85%	4.000,00	184.150,00	3.732.488,00	20,84%	-180.150,00	-4,60%
1.2 Aquisição de Bens	605.601,00	3,38%	193.500,00	11.750,00	787.351,00	4,40%	181.750,00	30,01%
1.3 Aquisição de Serviços	2.459.500,00	13,73%	173.700,00	85.200,00	2.548.000,00	14,23%	88.500,00	3,60%
1.4 Juros e Outros Encargos	190.500,00	1,06%	17.000,00	5.000,00	202.500,00	1,13%	12.000,00	6,30%
1.5 Transferências Correntes	582.750,00	3,25%		123.500,00	459.250,00	2,56%	-123.500,00	-21,19%
1.6 Outras Desp. Correntes	445.000,00	2,48%	41.400,00	20.000,00	466.400,00	2,60%	21.400,00	4,81%
2. Despesas de Capital	9.711.900,00	54,23%	638.600,00	638.600,00	9.711.900,00	54,23%	0,00	0,00%
2.1 Terrenos	240.000,00	1,34%			240.000,00	1,34%	0,00	0,00%
2.2 Edifícios	5.555.000,00	31,02%	203.600,00	396.000,00	5.268.000,00	29,42%	-287.000,00	-5,17%
2.3 Construções Diversas	2.309.500,00	12,90%	165.000,00	242.600,00	2.326.500,00	12,99%	17.000,00	0,74%
2.4 Material de Transporte	35.000,00	0,20%			35.000,00	0,20%	0,00	0,00%
2.5 Equip./ Software								
Informático	125.400,00	0,70%	38.000,00		163.400,00	0,91%	38.000,00	30,30%
2.6 Equipamento	15.000,00	0,08%			15.000,00	0,08%	0,00	0,00%
2.7 Equipamento Básico	101.000,00	0,56%	182.000,00		283.000,00	1,58%	182.000,00	180,20%
2.8 Ferramentas e Utensílios	10.000,00	0,06%			10.000,00	0,06%	0,00	0,00%
2.9 Investimentos								
Incorpóreos/ Artigos obj.	181.000,00	1,01%			181.000,00	1,01%	0,00	0,00%
2.10 Transferências de	585.000,00	3,27%	50.000,00		635.000,00	3,55%	50.000,00	8,55%
2.11 Activos Financeiros	25.000,00	0,14%			25.000,00	0,14%	0,00	0,00%
2.12 Passivos Financeiros	530.000,00	2,96%			530.000,00	2,96%	0,00	0,00%
Total das Despesas								
(1)+(2)	17.907.889,00	100%	1.068.200,00	1.068.200,00	17.907.889,00	100%	0,00	0%

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 1.068.200,00 € e por anulações de igual valor.

É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram na aquisição de serviços, em termos correntes, e edifícios construções diversas, em termos de capital.

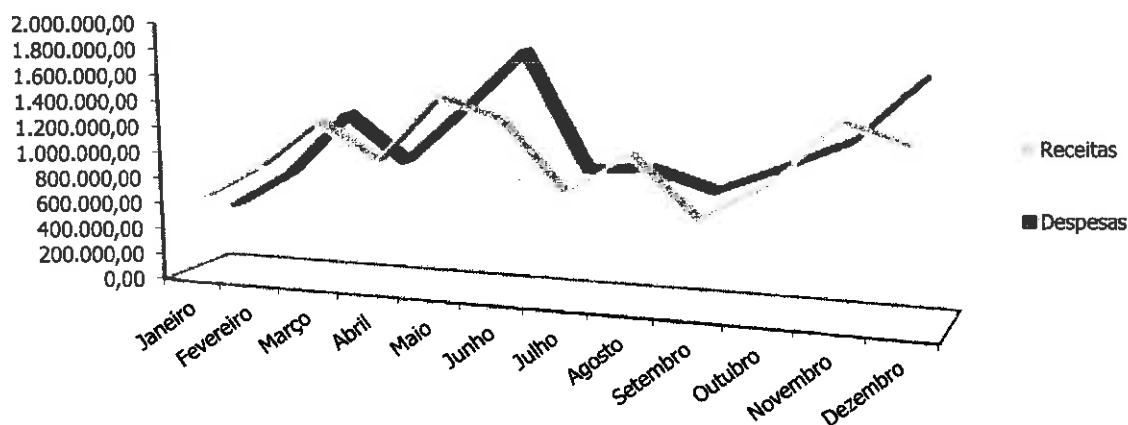
Relativamente ao Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa encontram-se expostas nos gráficos seguintes.



O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

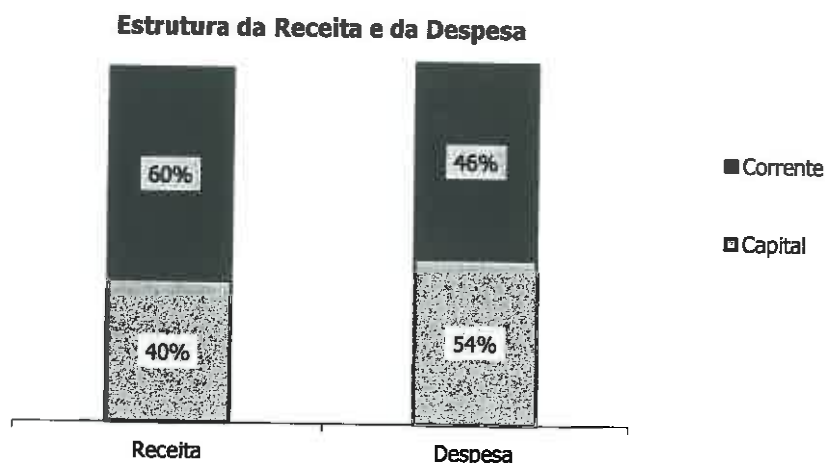
Evolução das Receitas e Despesas 2011							
Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Rec.	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	422.532,51	208.634,55	44,00	631.211,06	417.657,94	68.396,61	486.054,55
Fevereiro	695.566,54	201.805,94	2.970,97	900.343,45	412.228,79	358.887,34	771.116,13
Março	511.665,43	761.080,31	0,00	1.272.745,74	535.614,22	726.737,79	1.262.352,01
Abril	602.753,91	371.654,21	16.640,24	991.048,36	509.743,71	399.094,43	908.838,14
Maio	1.131.664,56	366.666,90	1.776,90	1.500.108,36	606.807,56	738.149,45	1.344.957,01
Junho	553.171,26	790.483,00	88,00	1.343.742,26	852.641,03	949.489,87	1.802.130,90
Julho	601.223,39	225.544,70	0,00	826.768,09	428.557,94	497.927,58	926.485,52
Agosto	474.518,02	671.047,69	875,45	1.146.441,16	530.720,59	430.901,56	961.622,15
Setembro	486.029,37	198.728,16	0,00	684.757,53	520.367,54	297.284,06	817.651,60
Outubro	573.413,33	389.296,32	0,00	962.709,65	401.351,34	615.748,05	1.017.099,39
Novembro	842.030,19	596.481,95	0,00	1.438.512,14	826.985,33	412.122,81	1.239.108,14
Dezembro	867.393,49	417.390,98	0,00	1.284.784,47	1.134.168,62	569.524,19	1.703.692,81
Total	7.761.962,00	5.198.814,71	22.395,56	12.983.172,27	7.176.844,61	6.064.263,74	13.241.108,35

Evolução da Receita / Despesa -2011



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que os valores da receita e da despesa paga, foram bastante próximos, sendo o da segunda superior ao da primeira.

O gráfico abaixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. Verifica-se que a rubrica de natureza corrente é superior à de capital, na parte da receita e o inverso na parte da despesa, o que significa que parte de receita corrente financiou despesa de capital.



EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes". A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

Da aplicação desta normativo legal, resultou no ano de 2011 uma poupança corrente de 585.117,39€, este montante é superior em cerca de 826.223,63€ ao registado no ano de 2010, uma vez que, nesse, ano a contratação do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro teve como consequência o não cumprimento deste equilíbrio.

Analisando os últimos seis anos, regista-se uma variação provocado pelos empréstimos de médio e longo prazo para saneamento contratados em 2006 e 2010.

Equilíbrio Orçamental	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas Correntes	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00
Despesas Correntes	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61
Poupança Corrente	-257.033,33	630.644,78	308.889,63	1.034.162,15	-241.106,24	585.117,39

4.2 Receita

Estrutura e Evolução

A crise económica e financeira atingiu o seu auge em 2011, ficando este marcado por fortes políticas de contenção e disciplina.

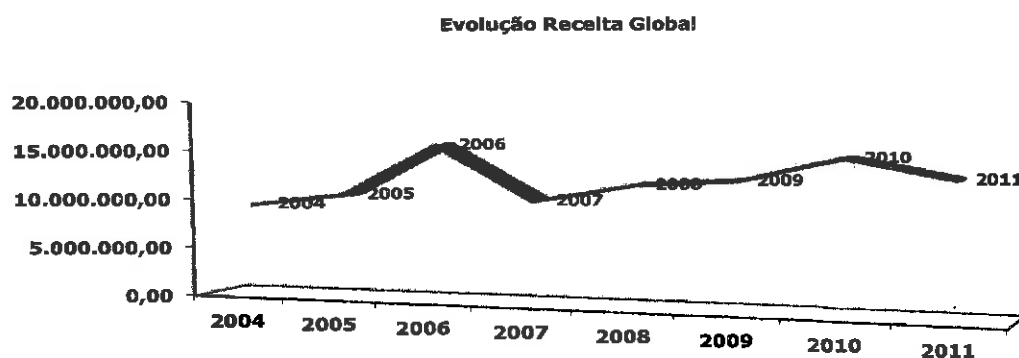
O governo, no seguimento do já efetuado em 2010, tendo em vista o cumprimento dos objetivos assumidos a nível comunitário e com o FMI aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nas quais está prevista a redução das transferências para as autarquias.

Estas medidas, fortemente penalizadoras para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 50% das receitas totais, provocaram uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria. No ano de 2011 a redução das transferências do Orçamento de Estado registaram uma variação negativa de 5%.

No exercício de 2011, a receita arrecadada totalizou a importância de 12.960.776,715€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos) e apresentou um decréscimo face a 2010 de -1.893.800,34€ (-12.75%).

Considerando que, no ano de 2010 a receita considerou o empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro, se compararmos a receita cobrada efetiva de 2010, com a de 2011, esta última registou um aumento de 2.206.199,66€ (20,51%).

Analisando a evolução global das receitas constata-se uma tendência de crescimento. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiros nestes dois anos.



Do total da receita arrecadada, 7.761.962,00€ (59,89%) dizem respeito à receita corrente e 5.198.814,71€ (40,11%), à receita de capital. Verifica-se assim que, a estrutura da receita se mantém, revelando um peso superior das receitas correntes em relação às receitas de capital.

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada nos quadros seguintes, evidenciando-se nos mesmos a evolução verificada desde o ano de 2008, para melhor perceção do comportamento da receita.

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2011

Designação	2008			2009			2010			2011			Var 10/2011		
	Valor	Parcelar	% Global	Valor	Parcelar	% Global	Valor	Parcelar	% Global	Valor	Parcelar	% Global	Valor	Parcelar	% Global
Total da Receita Corrente	7.585.728,55	100%	63,29%	7.990.460,39	100%	63,80%	7.826.470,81	100%	52,69%	7.761.962,00	100%	59,89%	-64.508,81	-0,82%	
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	817.799,60	10,78%	6,82%	799.779,02	10,01%	6,39%	875.200,20	11,18%	5,89%	901.226,50	11,61%	6,95%	26.026,30	2,97%	
Imp. Único de Circulação/ IMV	122.426,96	1,61%	1,02%	141.225,08	1,77%	1,13%	151.045,09	1,93%	1,02%	164.662,18	2,12%	1,27%	13.617,09	9,02%	
IMT	426.738,21	5,63%	3,56%	205.815,22	2,58%	1,64%	174.821,88	2,23%	1,18%	276.373,63	3,56%	2,13%	101.551,75	58,09%	
Impostos Indirectos específicos das Autarquias	57.567,49	0,76%	0,48%	27.158,07	0,34%	0,22%	23.616,23	0,30%	0,16%	14.530,19	0,19%	0,11%	-9.086,04	-38,47%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	213.634,99	2,82%	1,78%	280.839,20	3,51%	2,24%	299.559,06	3,83%	2,02%	264.126,44	3,40%	2,04%	-35.432,62	-11,83%	
Rendimentos de propriedades Participações do Município nos Impostos do Estado	605.936,09	7,99%	5,06%	1.156.845,35	14,48%	9,24%	888.637,67	11,35%	5,98%	933.953,33	12,03%	7,21%	45.315,66	5,10%	
Outras Transferências	3.918.273,00	51,65%	32,69%	4.115.708,00	51,51%	32,86%	4.149.743,00	53,02%	27,94%	3.946.499,00	50,84%	30,45%	-203.244,00	-4,90%	
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	534.890,74	7,05%	4,46%	421.200,41	5,27%	3,36%	436.963,09	5,58%	2,94%	270.274,19	3,48%	2,09%	-166.688,90	-38,15%	
Outras Receitas Correntes	833.133,77	10,98%	6,95%	809.211,03	10,13%	6,46%	800.028,31	10,22%	5,39%	899.432,97	11,59%	6,94%	99.404,66	12,43%	
	55.327,70	0,73%	0,46%	32.679,01	0,41%	0,26%	26.856,28	0,34%	0,18%	90.883,57	1,17%	0,70%	64.027,29	238,41%	
Total Receita de Capital	4.399.496,74	100%	36,71%	4.533.233,21	100%	36,20%	7.028.106,24	100%	47,31%	5.198.814,71	100%	40,11%	-1.829.291,53	-26,03%	
Venda de Bens de Investimento Participações do Município nos Impostos do Estado	72.430,71	1,65%	0,60%	171.667,00	3,79%	1,37%	15.750,00	0,22%	0,11%	111.809,94	2,15%	0,86%	96.059,94	609,90%	
Outras Transferências	2.360.608,00	53,66%	19,70%	2.477.117,00	54,64%	19,78%	2.510.662,00	35,72%	16,90%	2.380.886,00	45,80%	18,37%	-129.776,00	-5,17%	
Passivos Financeiros	1.853.525,16	42,13%	15,47%	1.856.743,16	40,96%	14,83%	397.540,57	5,66%	2,68%	2.701.723,27	51,97%	20,85%	2.304.182,70	579,61%	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	4.100.000,00	58,34%	27,60%	0,00	0,00%	0,00%	-4.100.000,00	-100,00%	
	112.932,87	2,57%	0,94%	27.706,05	0,61%	0,22%	4.153,67	0,06%	0,03%	4.395,50	0,08%	0,03%	241,83	5,82%	
Total das Receitas sem Reposições	11.985.225,29	100%	100%	12.523.693,60	100%	100%	14.854.577,05	100%	100%	12.960.776,71	100%	100%	-1.893.800,34	-12,75%	
Reposições não Adatadas nos Pagamentos	1.186,34			5.557,57			6.150,79			22.395,56			16.244,77	264,11%	
Total das Receitas	11.986.411,63			12.529.251,17			14.860.727,84			12.983.172,27			-1.877.555,57	-12,63%	

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

Evolução das Receitas Correntes cobradas no período de 2008 - 2011						
Designação	2008 Valor	2009 Valor	2010 Valor	2011 Valor	Var 10/11 Valor %	
1. Impostos Directos	1.366.964,77	1.146.819,32	1.201.067,17	1.342.262,31	141.195,14	11,76%
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	817.799,60	799.779,02	875.200,20	901.226,50	26.026,30	2,97%
Imp. Único de Circulação/ IMV	122.426,96	141.225,08	151.045,09	164.662,18	13.617,09	9,02%
IMT	426.738,21	205.815,22	174.821,88	276.373,63	101.551,75	58,09%
2. Impostos indirectos específicos das Autarquias	57.567,49	27.158,07	23.616,23	14.530,19	-9.086,04	-38,47%
Mercados e Feiras	36.372,59	1.743,44	2.014,45	918,16	-1.096,29	-54,42%
Loteamentos e Obras	194,75	68,75	718,55	377,02	-341,53	-47,53%
Ocupação da Via Pública	6.168,10	4.993,40	4.700,65	4.366,35	-334,30	-7,11%
Publicidade	11.630,35	14.704,83	12.048,87	2.755,55	-9.293,32	-77,13%
Saneamento empresas	3.201,70	5.647,65	4.133,71	4.466,98	333,27	8,06%
Outros				1.646,13	1.646,13	-
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	213.634,99	280.839,20	299.559,06	264.126,44	-35.432,62	-11,83%
Mercados e Feiras	13.832,48	51.600,39	47.027,32	49.317,15	2.289,83	4,87%
Loteamentos e Obras	69.548,67	72.051,37	51.720,13	38.212,97	-13.507,16	-26,12%
Ocupação da Via Pública	7.225,51	7.960,12	8.312,62	9.765,15	1.452,53	17,47%
Caça, uso e porte de arma	19,50	42,00	64,29	19,77	-44,52	-69,25%
Saneamento - Tx de conservação	67.753,85	87.137,63	90.526,02	88.475,89	-2.050,13	-2,26%
Outras	24.947,84	22.530,80	26.192,32	38.030,17	11.837,85	45,20%
Juros de Mora	6.388,41	2.295,61	1.756,48	2.084,65	328,17	18,68%
Juros compensatórios	0,00	2.400,88	2.530,03	4.021,63	1.491,60	58,96%
Coimas e Penalidades por contra ord.	0,00	18.365,31	13.020,50	9.184,55	-3.835,95	-29,46%
Multas e Penalidades Diversas	23.918,73	16.455,09	58.409,35	25.014,51	-33.394,84	-57,17%
4. Rendimentos de propriedades	605.936,09	1.156.845,35	888.637,67	933.953,33	45.315,66	5,10%
Bancos e Outras Instituições financeí	38.296,26	4.053,19	1.883,88	1.593,57	-290,31	-15,41%
Empresas Municipais e Intermunicipa	1.673,44	17.790,63	6.491,04	8.260,15	1.769,11	27,25%
Edifícios	113.023,54	83.599,44	115.659,36	99,76	-115.559,60	-99,91%
Bens de Domínio Público	356.503,42	736.259,92	494.302,78	500.464,29	6.161,51	1,25%
Outros	96.439,43	315.142,17	270.300,61	423.535,56	153.234,95	56,69%
5. Transferências Correntes	4.453.163,74	4.536.908,41	4.586.706,09	4.216.773,19	-369.932,90	-8,07%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.540.913,00	3.715.675,00	3.765.995,00	3.571.328,00	-194.667,00	-5,17%
Fundo Social Municipal	221.610,00	232.195,00	222.063,00	210.584,00	-11.479,00	-5,17%
Participação Variável no IRS	155.750,00	167.838,00	161.685,00	164.587,00	2.902,00	1,79%
Outras	233.736,48	159.243,20	143.950,45	65.884,00	-78.066,45	-54,23%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	19.417,31	12.474,74	57.596,74	54.928,80	-2.667,94	-4,63%
Serviços e fundos autónomos Serv.fund.autón.-	260.370,49	215.294,41	173.932,72	117.607,36	-56.325,36	-32,38%
Subsist.prot.famil.polit.act.EFP	2.948,02	15.290,82	42.585,94	22.027,47	-20.558,47	-48,28%
Segurança social	18.418,44	18.897,24	18.897,24	9.826,56	-9.070,68	-48,00%
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	833.133,77	809.211,03	800.028,31	899.432,97	99.404,66	12,43%
Venda de Bens	331.947,52	374.198,98	381.062,88	421.300,42	40.237,54	10,56%
Venda de Serviços	407.528,34	371.199,20	363.227,81	400.899,03	37.671,22	10,37%
Rendas	93.657,91	63.812,85	55.737,62	77.233,52	21.495,90	38,57%
7. Outras Receitas Correntes	55.327,70	32.679,01	26.856,28	90.883,57	64.027,29	238,41%
Total	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	-64.508,81	-0,82%

No exercício de 2011, as receitas correntes decresceram 0,82% (menos 64.508,81€), comparativamente a 2010, sendo a variação negativa mais significativa proveniente das transferências correntes (menos 369.932,90€). Como já foi referido anteriormente as transferências correntes recebidas do Orçamento de Estado diminuíram em cerca de 206 mil euros.

Os Impostos Diretos cobrados, no valor de 1.342.262,31€, totalizaram mais 141.195.14€ (11,76%), tendo-se registado aumento em todos os tipos desses impostos. Importa referir que a receita de IMI cobrada em 2011 foi superior aos valores arrecadados nos anos 2008, 2009 e 2010 resultado sobretudo das atualizações dos valores dos imóveis.

Os Impostos Indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas com a ocupação da via pública, publicidade e saneamento das empresas.

No ano de 2011, os Impostos Indiretos cobrados totalizaram a importância de 14.530,19€ representando menos 9.086,04€ (-38,47%) do que no ano anterior. Refira-se que, estes impostos verificaram uma cobrança inferior à dos últimos 3 anos

Também as Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um decréscimo de 35.432,62€ (-11,83%), como resultado da diminuição da cobrança de loteamentos e obras de multas e penalidades diversas.

A rubrica Rendimentos de Propriedade totalizou a importância de 933.953,33€ (mais 45.315,66€ do que no período homólogo de 2010), tendo sido registado nesta rubrica, entre outras as seguintes receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;
- Rendas das Eólicas.

As Transferências Correntes ascenderam a 4.216.773,19€, apresentando um decréscimo no valor de 369.932,90€ (-8,07%), relativamente a 2010. Nesta rubrica, com a redução do montante recebido de Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo Social, verificam-se as medidas introduzidas no Decreto-lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2011), como a redução das transferências para as Autarquias Locais.

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 54%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 32%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 899.432,97€, tendo verificado um crescimento de 12,43%.

Por seu lado as Outras Receitas Correntes também verificaram um crescimento no montante de 64.027,29€ (238,41%).

A receita de capital cobrada no exercício de 2011 totalizou o valor de 5.198.814,71€ a que corresponde uma redução de 1.829.291,53€ (-26,03%) face ao ano de 2010. O decréscimo ocorreu na rubrica dos Passivos Financeiros, atendendo ao efeito do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro contratado em 2010.

Evolução das Receitas de Capital cobradas no período de 2008 a 2011						
Designação	2008 Valor	2009 Valor	2010 Valor	2011 Valor	Var 10/11 Valor	%
1. Terrenos	30.030,71	171.667,00	15.750,00	52.711,94	36.961,94	234,68%
2. Edifícios	42.400,00	0,00	0,00	30.153,00	30.153,00 -	
3. Outros Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00	28.945,00	28.945,00 -	
4. Transferências de Capital	4.214.133,16	4.333.860,16	2.908.202,57	5.082.609,27	2.174.406,70	74,77%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.360.608,00	2.477.117,00	2.510.662,00	2.380.886,00	-129.776,00	-5,17%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	108.046,85	209.347,06	64.776,09	-144.570,97	-69,06%
Outras	0,00	11.679,00	567,00	0,00	-567,00	-100,00%
Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1.197.525,16	1.623.936,37	163.842,14	2.626.237,89	2.462.395,75	1502,91%
Administração local	6.000,00	89.160,63	15.810,92	10.709,29	-5.101,63	-32,27%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
Famílias	0,00	23.920,31	7.973,45	0,00	-7.973,45	-100,00%
5. Passivos Financeiros	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	-4.100.000,00	-100,00%
6. Outras receitas de capital	112.932,87	27.706,05	4.153,67	4.395,50	241,83	5,82%
Total	4.399.496,74	4.533.233,21	7.028.106,24	5.198.814,71	-1.829.291,53	-26,03%

O valor da venda de terrenos respeita 5.000,00€ pagos pela empresa Argobeiras, relativos à cedência de espaço no Sub-Paço e 47.711,94€ relativos à venda de um lote na Zona Industrial da Relvinha.

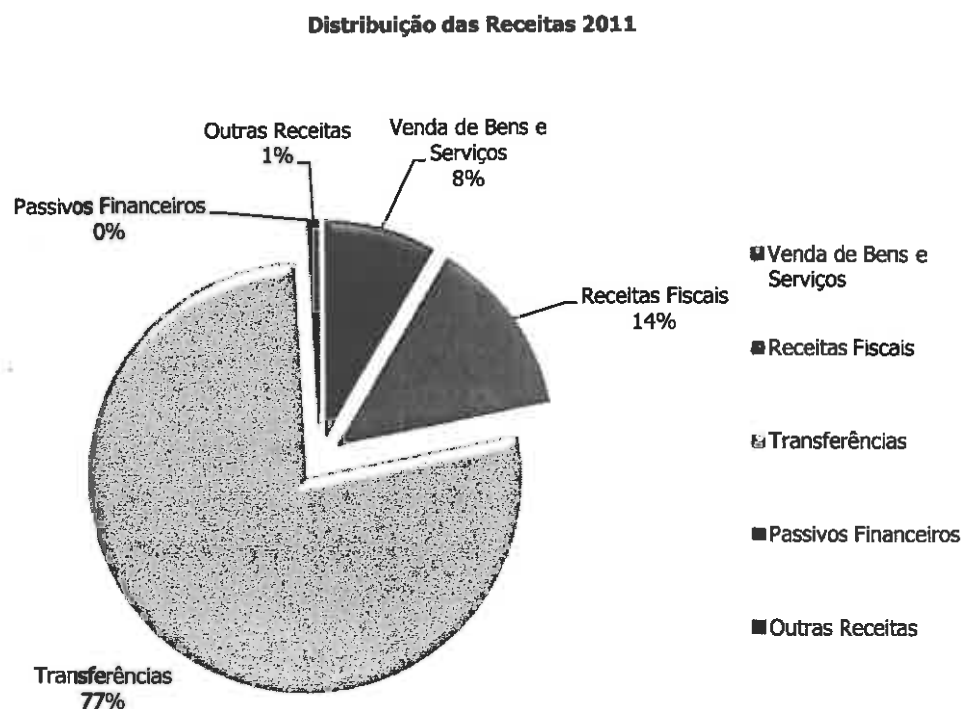
As Transferências de Capital totalizaram a importância de 5.082.609,27€, apresentando um aumento de 2.174.406,70€ (74,77%), face ao ano económico de 2010. Do total das Transferências de Capital, 2.380.886,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado. Os restantes 2.701.723,27€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

- 64.776,09€ – da Direção Geral das Autarquias Locais, no âmbito do Contrato Programa para o Projeto "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão";
- 1.022.186,61€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária nos Projeto Cofinanciado: "Requalificação EB1 Arganil";

- 604.924,20€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Requalificação Antiga Cerâmica Arganilense”;
- 552.872,35 do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Requalificação da Ribeira de Piódão e Zona Envolvente”;
- 47.349,77€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Construção Centro Escolar de Coja”;
- 830,01€ da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Hab ER - Engenharia e desenvolvimento de novos equipamentos de energias renováveis para o habitat”;
- 398.074,95€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Parque Verde Urbano do Sub-Paço”;
- 10.709,29€ a título de comparticipação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP’s).

As Outras receitas de Capital registaram um crescimento de 5,82%, relativamente a 2010.

No gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2011:



Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respetivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2011 previa cobranças no valor global de 17.907.889,00€, contribuindo para esse montante, as receitas correntes com 8.195.989,00€ (45,77%), as receitas de capital com 9.711.400€ (54,23%) e outras receitas com 500,00€.

Os dados do Quadro seguinte mostram que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos) atingiu o montante de 12.960.776,71€, tendo-se arrecadado 7.761.962,00€ (94,70%) de receitas correntes e 5.198.814,71€ (53,53%) de receitas de capital.

Mapa resumo da execução orçamental da receita

	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Índice de cobrança
Receitas correntes	8.195.989,00	7.761.962,00	-434.027,00	94,70%
Receitas de capital	9.711.400,00	5.198.814,71	-4.512.585,29	53,53%
Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	22.395,56	21.895,56	4479,11%
Total	17.907.889,00	12.983.172,27	-4.924.716,73	72,50%

Daqui resulta que os maiores desvios ocorreram na cobrança de receitas de capital, fruto do baixo nível das receitas com origem na Venda de Bens de Investimento e Transferências de Capital (Sociedades e quase sociedades não financeiras).

No quadro abaixo está representada a evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2003 a 2011:

Graus de Execução Orçamental da Receita

Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita corrente	91,46%	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	93,45%	90,04%	94,70%
Receita de capital	34,80%	31,09%	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%	56,16%	53,53%
Receitas Totais	55,27%	54,24%	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%	70,07%	72,50%

A taxa de execução da receita em 2011 foi 72,50% situando-se acima da verificada nos últimos três anos.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 94,70%, valor acima do registado no ano de 2010.

Os Impostos Diretos registaram uma taxa de execução de 112,38%, destacando-se pela positiva na sua globalidade. Desta receita destaca-se o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis que verificou um aumento de 88.578,63€ (47,17%) relativamente ao previsto.

Destaca-se ainda a taxa de execução da Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes (107,51%).

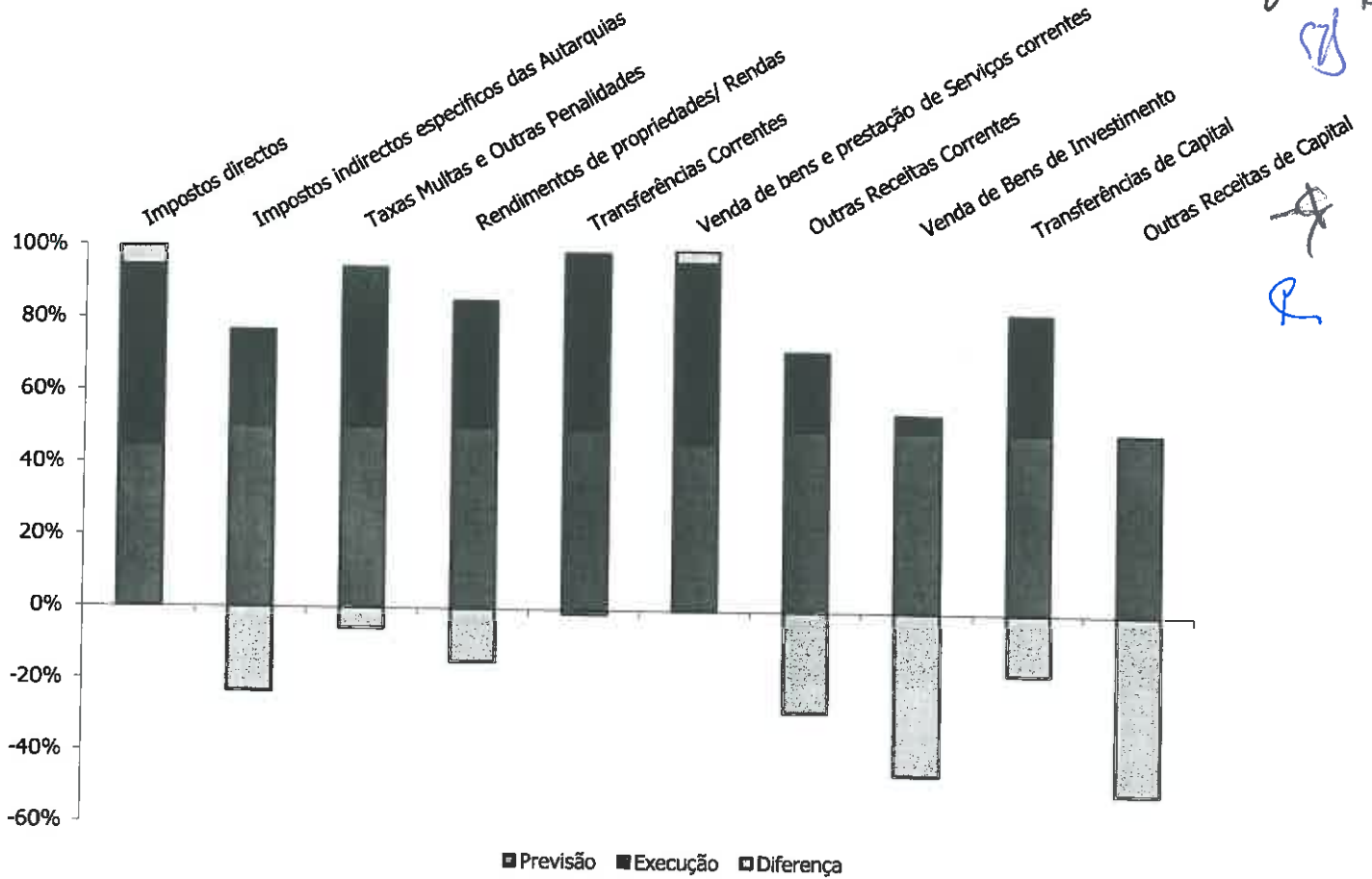
As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de apenas 53,53%, para esta situação contribuíram os seguintes fatores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2011, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capitais previstas, relativas a obras comparticipadas e Mecenato.

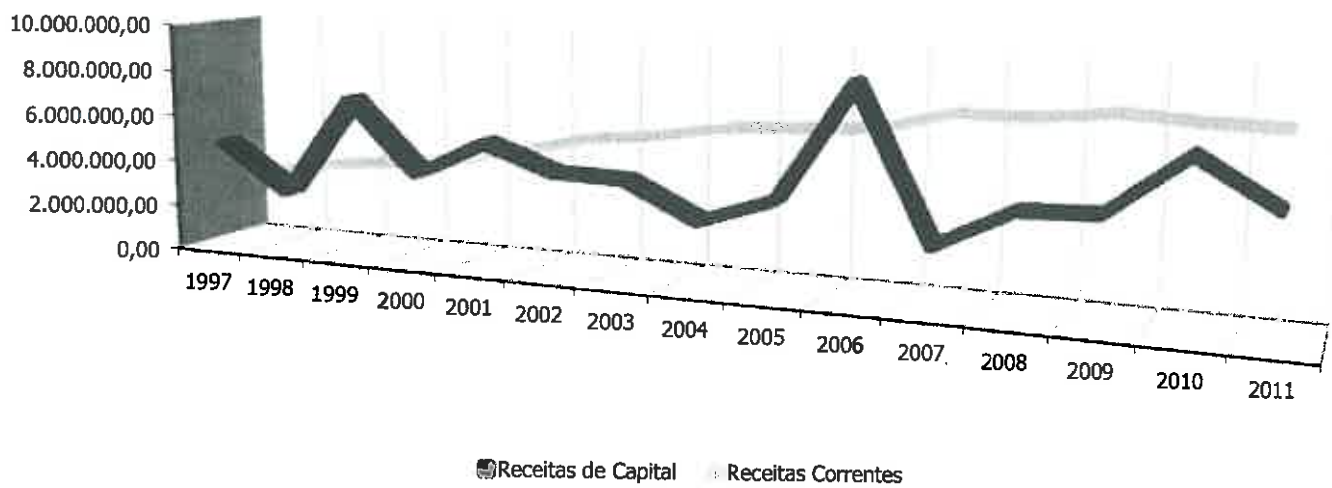
Execução Orçamental das Receitas					
Classificação da Receita	Previsão	Execução	Desvios		
	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	Taxa de Execução
Impostos directos	1.194.446,00	1.342.262,31	147.816,31	12,38%	112,38%
Imposto Municipal sobre Imóveis	861.166,00	900.797,65	39.631,65	4,60%	104,60%
Imp. Único de Circulação	145.484,00	164.662,18	19.178,18	13,18%	113,18%
IMT	187.795,00	276.373,63	88.578,63	47,17%	147,17%
Impostos Abolidos	1,00	428,85	427,85	42785,00%	42885,00%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	27.169,00	14.530,19	-12.638,81	-46,52%	53,48%
Taxas	237.067,00	223.821,10	-13.245,90	-5,59%	94,41%
Multas e Outras Penalidades	60.635,00	40.305,34	-20.329,66	-33,53%	66,47%
Rendimentos de propriedades/ Rendas	1.318.412,00	933.953,33	-384.458,67	-29,16%	70,84%
Transferências Correntes	4.315.350,00	4.216.773,19	-98.576,81	-2,28%	97,72%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.571.328,00	3.571.328,00	0,00	0,00%	100,00%
Fundo Social Municipal	210.584,00	210.584,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação fixa no IRS	164.587,00	164.587,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	64.000,00	65.884,00	1.884,00	2,94%	102,94%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	118.351,00	54.928,80	-63.422,20	-53,59%	46,41%
Serviços e Fundos Autónomos	140.000,00	117.607,36	-22.392,64	-15,99%	84,01%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot. Família Pol.					
Act. EFP	28.000,00	22.027,47	-5.972,53	-21,33%	78,67%
Segurança Social	18.500,00	9.826,56	-8.673,44	-46,88%	53,12%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	836.628,00	899.432,97	62.804,97	7,51%	107,51%
Outras Receitas Correntes	206.282,00	90.883,57	-115.398,43	-55,94%	44,06%
Total Receitas Correntes	8.195.989,00	7.761.962,00	-434.027,00	-5,30%	94,70%
Venda de Bens de Investimento	1.150.500,00	111.809,94	-1.038.690,06	-90,28%	9,72%
Transferências de Capital	7.679.774,00	5.082.609,27	-2.597.164,73	-33,82%	66,18%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	1.850.000,00	0,00	-1.850.000,00	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.380.886,00	2.380.886,00	0,00	0,00%	100,00%
Cooperação Técnica e Financeira	64.776,00	64.776,09	0,09	0,00%	100,00%
FEDER	3.364.112,00	2.626.237,89	-737.874,11	-21,93%	78,07%
Administração Local	20.000,00	10.709,29	-9.290,71	-46,45%	53,55%
Outras Receitas de Capital	881.126,00	4.395,50	-876.730,50	0,00%	0,50%
Total Receitas de Capital	9.711.400,00	5.198.814,71	-4.512.585,29	-46,47%	53,53%
Total Reposições não Abatidas nos Pagamentos	500,00	22.395,56	21.895,56	4379,11%	4479,11%
Total das Receitas	17.907.889,00	12.983.172,27	-4.924.716,73	-27,50%	72,50%

RPAS
[Handwritten signatures and initials]

Previsão/ Execução/ Desvios Receita 2011



Evolução das Receitas Correntes e de Capital



No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, apesar do pequeno decréscimo do ano de 2010 e 2011, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

RPAS
[Handwritten signatures and initials]

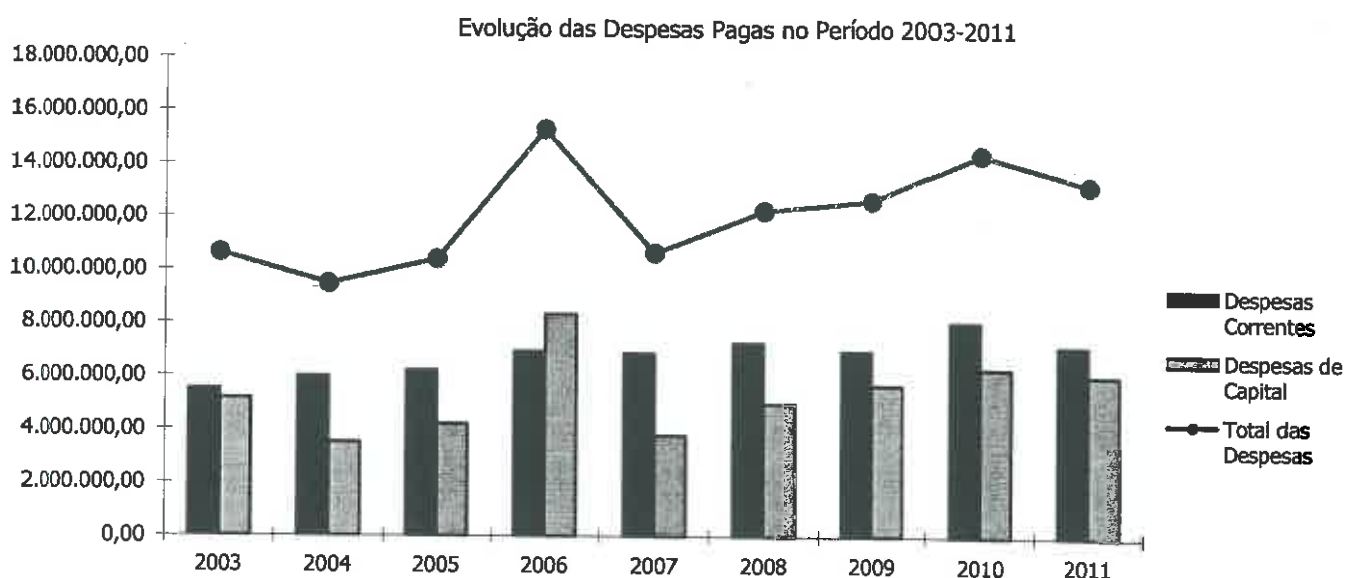
4.3 Despesa

Estrutura e Evolução

A Despesa Global do Município de Arganil totalizou, em 2011, 13.241.108,35€ comparando com 14.380.456,96€, relativamente a 2010, representa um decréscimo de 7,92%.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

No período 2003-2011, registou-se alguma variação no comportamento da despesa. Verifica-se que os picos de despesa ocorreram nos anos de contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro (2006 e 2010).



Da despesa total paga, 7.176.844,61€ (54%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 6.064.263,74€ (46%) correspondem a despesas de capital.

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2011

Análise das Despesas Municipais pagas no período de 2008 a 2011														
Designação	2008			2009			2010			2011			Var 2010/2011	
	Valor	parcelar	% global	Valor	parcelar	% global	Valor	parcelar	% global	Valor	parcelar	% global	Valor	%
Total da Despesa														
Corrente	7.276.838,92	100%	59,41%	6.956.298,24	100%	55,09%	8.067.577,05	100%	56,10%	7.176.844,61	100%	54,20%	-890.732,44	-11,04%
Pessoal	3.671.249,51	50,45%	29,97%	3.718.987,93	53,46%	29,45%	3.836.955,39	47,56%	26,68%	3.605.062,28	50,23%	27,23%	-231.893,11	-6,04%
Aquisição de Bens e Serviços	2.508.559,21	34,47%	20,48%	2.334.017,27	33,55%	18,48%	3.177.081,10	39,38%	22,09%	2.600.346,91	36,23%	19,64%	-576.734,19	-18,15%
Juros e Outros Encargos	259.694,06	3,57%	2,12%	149.405,73	2,15%	1,18%	118.567,38	1,47%	0,82%	189.789,94	2,64%	1,43%	71.222,56	60,07%
Transferências Correntes	352.339,39	4,84%	2,88%	407.043,56	5,85%	3,22%	445.074,58	5,52%	3,09%	394.759,70	5,50%	2,98%	-50.314,88	-11,30%
Outras Despesas														
Correntes	484.996,75	6,66%	3,96%	346.843,75	4,99%	2,75%	489.898,60	6,07%	3,41%	386.885,78	5,39%	2,92%	-103.012,82	-21,03%
Total da Despesa de Capital	4.971.543,20	100%	40,59%	5.671.466,15	100%	44,91%	6.312.879,91	100%	43,90%	6.064.263,74	100%	45,80%	-248.616,17	-3,94%
Aquisição de Bens de Capital	3.830.536,49	77,05%	31,27%	4.641.643,16	81,84%	36,76%	5.283.902,18	83,70%	36,74%	4.984.118,23	82,19%	37,64%	-299.783,95	-5,67%
Transferências de Capital	517.839,33	10,42%	4,23%	489.652,01	8,63%	3,88%	496.822,42	7,87%	3,45%	554.560,62	9,14%	4,19%	57.738,20	11,62%
Ativos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	-
Passivos Financeiros	577.306,05	11,61%	4,71%	540.170,98	9,52%	4,28%	532.155,31	8,43%	3,70%	525.584,89	8,67%	3,97%	-6.570,42	-1,23%
Outras Despesas de Capital	45.861,33	0,92%	0,37%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	-
Total das Despesas	12.248.382,12			12.627.764,39			14.380.456,96			13.241.108,35			-1.139.348,61	-7,92%

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2009 a 2011:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2009 a 2011

Designação	2009	2010	2011	Var. 10/11 Valor	Var. 10/11 %
1. Despesas com Pessoal	3.718.987,93	3.836.955,39	3.605.062,28	-231.893,11	-6,04%
Remunerações certas e permanentes	2.928.848,39	2.989.503,35	2.867.394,92	-122.108,43	-4,08%
Abonos variáveis ou eventuais	186.887,80	159.973,49	148.001,34	-11.972,15	-7,48%
Segurança social	603.251,74	687.478,55	589.666,02	-97.812,53	-14,23%
2. Aquisição de Bens	435.684,24	596.251,47	606.265,56	10.014,09	1,68%
Matérias-primas e subsidiárias	20.169,08	22.461,63	14.767,10	-7.694,53	-34,26%
Combustíveis e lubrificantes	143.246,02	208.648,36	228.897,62	20.249,26	9,70%
Munições, explosivos e artifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Limpeza e higiene	4.303,98	11.420,63	5.344,86	-6.075,77	-53,20%
Alimentação-Refeições confeccionadas	87.084,07	164.429,94	169.189,94	4.760,00	2,89%
Alimentação-Gêneros para confeccionar	31.794,41	2.425,06	22.900,46	20.475,40	844,33%
Vestuário e artigos pessoais	1.602,07	1.947,09	18.404,95	16.457,86	845,25%
Material de escritório	34.555,27	35.367,85	21.283,03	-14.084,82	-39,82%
Material de consumo clínico	0,00	0,00	77,78	77,78	
Material de transporte-Peças	22.348,43	38.311,00	41.677,45	3.366,45	8,79%
Material de consumo hoteleiro	1.374,66	786,42	1.057,89	271,47	34,52%
Outro material-Peças	25.790,51	19.523,36	12.872,78	-6.650,58	-34,06%
Prémios, condecorações e ofertas	8.395,85	12.904,28	8.842,56	-4.061,72	-31,48%
Ferramentas e utensílios	2.539,15	3.057,49	1.195,10	-1.862,39	-60,91%
Livros e documentação técnica	1.679,08	283,82	961,84	678,02	238,89%
Artigos honoríficos e de decoração	332,06	117,48	117,97	0,49	0,42%
Material de educação, cultura e recreio	15.684,92	18.942,26	10.113,24	-8.829,02	-46,61%
Outros bens	34.784,68	55.624,80	48.560,99	-7.063,81	-12,70%
3. Aquisição de Serviços	1.898.333,03	2.580.829,63	1.994.081,35	-586.748,28	-22,73%
Encargos das instalações	705.856,23	707.597,43	709.946,63	2.349,20	0,33%
Conservação de bens	36.358,44	51.541,66	50.936,52	-605,14	-1,17%
Comunicações	122.274,45	119.809,66	115.828,29	-3.981,37	-3,32%
Transportes	297.504,24	747.732,10	364.436,14	-383.295,96	-51,26%
Representação dos serviços	4.080,08	12.276,34	5.279,22	-6.997,12	-57,00%
Seguros	26.891,04	30.292,58	58.926,88	28.634,30	94,53%
Deslocações e estadas	282,12	2.417,10	1.315,75	-1.101,35	-45,56%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	3.384,00	2.256,00	8.610,00	6.354,00	281,65%
Formação	27.184,36	24.243,70	2.533,00	-21.710,70	-89,55%
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	100,00	100,00	
Publicidade	25.107,91	31.952,07	34.233,43	2.281,36	7,14%
Vigilância e segurança	0,00	2.599,34	3.446,91	847,57	32,61%
Assistência técnica	3.665,02	8.534,57	5.719,19	-2.815,38	-32,99%
Outros trabalhos especializados	345.517,11	485.190,76	371.407,86	-113.782,90	-23,45%
Serviços de saúde	5.463,20	11.211,48	1.643,32	-9.568,16	-85,34%
Encargos de cobrança de receitas	44.775,84	42.846,52	59.082,98	16.236,46	37,89%
Outros serviços	249.988,99	300.328,32	200.635,23	-99.693,09	-33,19%
4. Juros e Outros Encargos	149.405,73	118.567,38	189.789,94	71.222,56	60,07%
Empréstimos de médio e longo prazos	142.112,22	84.218,05	184.636,39	100.418,34	119,24%
Outros juros	7.260,36	34.349,33	5.153,55	-29.195,78	-85,00%
Outros encargos financeiros	33,15	0,00	0,00	0,00	
5. Transferências Correntes	407.043,56	445.074,58	394.759,70	-50.314,88	-11,30%
Estado	6.192,00	6.270,00	5.952,00	-318,00	-5,07%
Freguesias	57.680,32	63.192,68	64.010,80	818,12	1,29%
Associações de municípios	22.984,63	45.905,52	5.956,00	-39.949,52	-87,03%
Instituições sem fins lucrativos	315.595,32	324.476,90	260.567,12	-63.909,78	-19,70%
Famílias	4.591,29	5.229,48	58.273,78	53.044,30	1014,33%
6. Outras Despesas Correntes	346.843,75	489.898,60	386.885,78	-103.012,82	-21,03%
Impostos e taxas	1.226,58	17.211,03	10.631,10	-6.579,93	-38,23%
Outras	345.617,17	472.687,57	376.254,68	-96.432,89	-20,40%
Total	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	-890.732,44	-11,04%

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 50% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 86% da despesa corrente paga.

No ano de 2011, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.605.062,28€, apresentando uma redução de 231.893,11€ (-6,04%). Esta redução resultou sobretudo da diminuição dos montantes pagos aos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos (menos 99.363,07€), e do valor pago a título de participações na saúde - ADSE e SNS (menos 61.635,00€).

Os agregados Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços registaram diminuições importantes, no valor de 576.734,19€ (-18,15%). Esta redução ocorre pelo facto de em 2010 se ter contratado o empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro que permitiu saldar dívida destas rubricas.

Dos valores pagos nestas rubricas destacam-se, os encargos com combustíveis, comunicações, encargos de instalações (montantes pagos à EDP), transportes (nos quais estão incluídos os transportes escolares), outros serviços (encargos com fotocopiadoras, análises de água, tarifa paga à Águas do Mondego, Ersuc entre outras).

Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada um aumento neste agregado no valor de 71.222,565€ (60,07%), relativamente a 2010, resultado do novo empréstimo contratado em 2010.

As Transferências Correntes totalizaram menos 50.314,88€ (-11,30%) do que no ano anterior. Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam as transferências efetuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

A rubrica "Outras Despesas Correntes" que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont'Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou um decréscimo de 21,03% relativamente ao ano de 2010.

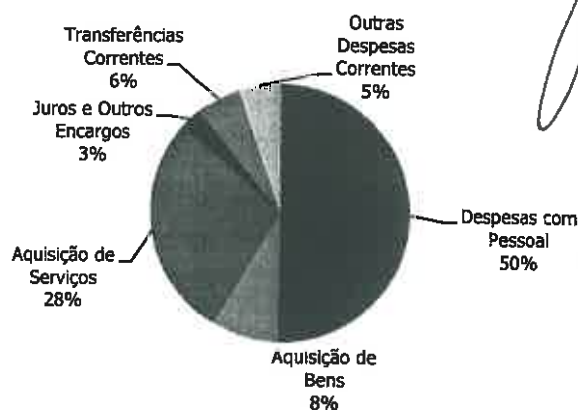
Os gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa corrente no ano de 2010 e 2011.

RPAS
[Handwritten signatures and initials]

Estrutura da Despesa Corrente 2010



Estrutura da Despesa Corrente 2011



Como é possível verificar dos gráficos acima a estrutura da despesa corrente manteve-se relativamente constante.

Da observação do Quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou um decréscimo, em termos homólogos, de -248.616,17€ (-3,94%). Esta redução decorre igualmente fato de em 2010 se ter pago dívida anterior no âmbito do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro.

Na Aquisição de Bens de capital as componentes de maior expressão são: os Edifícios, onde se destaca o valor das instalações desportivas e recreativas que inclui a obra da Requalificação da Cerâmica e as Escolas que inclui a Requalificação da EB1 de Arganil; e as construções diversas, nomeadamente a Viação Rural, onde estão inseridas as obras de infraestruturação viária do concelho.

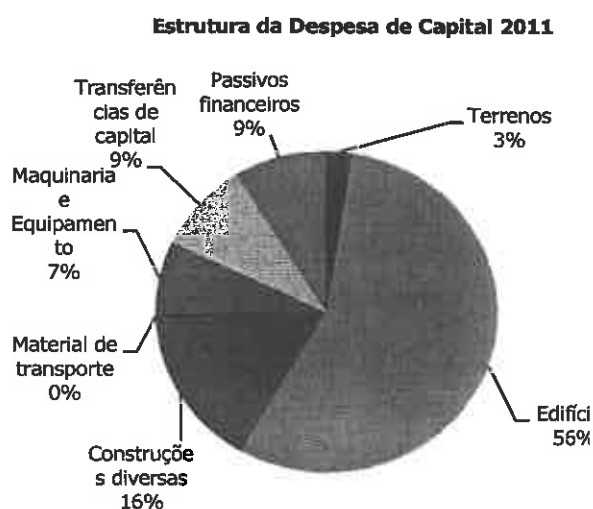
O aumento verificado no Equipamento Básico está relacionado com a aquisição do equipamento para a EB1 de Arganil.

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2011, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 525.584,89€.

Evolução das Despesas de Capital no Período de 2009 a 2011

Designação	2009	2010	2011	Var. 10/11 Valor	Var. 10/11 %
1. Terrenos	547.106,97	287.307,15	153.302,00	-134.005,15	-46,64%
2. Edifícios	1.780.092,35	1.678.949,94	3.380.226,29	1.701.276,35	101,33%
Instalações de serviços	443.332,68	162.479,24	199.307,40	36.828,16	22,67%
Instalações desportivas e recreativas	498.196,84	989.531,64	1.547.493,63	557.961,99	56,39%
Escolas	838.562,83	526.939,06	1.633.425,26	1.106.486,20	209,98%
3. Construções diversas	2.012.646,90	3.094.717,07	978.687,90	-2.116.029,17	-68,38%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	485.073,91	634.025,74	130.006,20	-504.019,54	-79,50%
Sistemas de drenagem de águas residuais	49.906,34	46.194,95	18.330,71	-27.864,24	-60,32%
Estações de tratamento de águas residuais	2.077,52	0,00	0,00	0,00	-
Iluminação pública	77.401,19	39.286,81	33.787,92	-5.498,89	-14,00%
Instalações desportivas e recreativas	2.549,76	64,50	23.882,02	23.817,52	36926,39%
Captação e distribuição de água	51.444,23	19.906,94	25.049,60	5.142,66	25,83%
Viação rural	1.215.257,09	1.960.229,29	725.071,51	-1.235.157,78	-63,01%
Sinalização e trânsito	29.839,86	110.686,18	4.849,36	-105.836,82	-95,62%
Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	0,00	36.545,30	0,00	-36.545,30	-100,00%
Cemitérios	0,00	369,21	0,00	-369,21	-100,00%
Outros	99.097,00	247.408,15	17.710,58	-229.697,57	-92,84%
4. Material de transporte	122.518,26	9.735,22	21.570,53	11.835,31	121,57%
5. Maquinaria e Equipamento	145.186,68	213.192,80	450.331,51	237.138,71	111,23%
Equipamento/ Software informática	52.714,10	102.787,80	117.961,33	15.173,53	14,76%
Equipamento administrativo	17.750,36	5.753,92	13.238,02	7.484,10	130,07%
Equipamento básico	71.295,90	98.923,77	221.889,16	122.965,39	124,30%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Obj. valor	3.426,32	5.727,31	97.243,00	91.515,69	1597,88%
6. Investimentos incorpóreos	34.092,00	0,00	0,00	0,00	-
7. Transferências de capital	489.652,01	496.822,42	554.560,62	57.738,20	11,62%
Freguesias	439.061,32	445.175,54	502.160,62	56.985,08	12,80%
Instituições sem fins lucrativos	50.590,69	51.646,88	52.400,00	753,12	1,46%
8. Passivos financeiros	540.170,98	532.155,31	525.584,89	-6.570,42	-1,23%
9. Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total	5.671.466,15	6.312.879,91	6.064.263,74	-248.616,17	-3,94%

Os Gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa de capital nos anos 2010 e 2011.



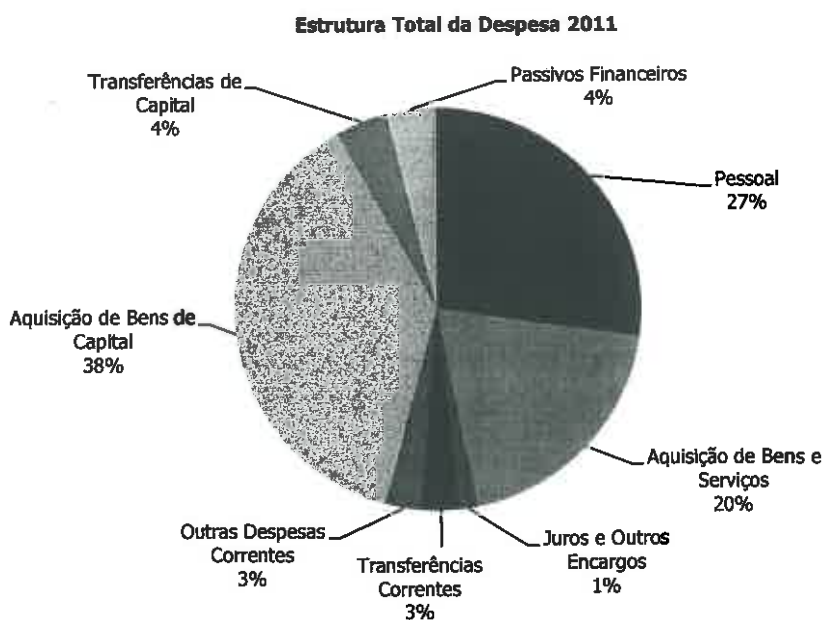
Na rubrica de transferências de capital, com um peso de 9% no total das despesas de capital e cujo valor verificou um aumento relativamente ao período homólogo de 2010 estão incluídos os contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante 378.857,48€, descriminado no seguinte quadro:

Contratos Programa – 2011

Entidade	Objecto	Valor Total	Valor Pago	Divida em 31/12/2011
Associação Freguesias	Trabalhos de sivilcultura preventiva nas freguesias de Benfeita, Barril de Alva, Coja, Moura da Serra, Pomares e Piódão	13.359,54	13.359,54	0,00
Freguesia de Anseriz	Requalificação da fonte de Santo António e zona envolvente	6.500,00	6.500,00	0,00
	Beneficiação de ruas interiores	4.740,00	4.740,00	0,00
	Trabalhos de sivilcultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Drenagem e Requalificação de Arruamentos	10.000,00	5.000,00	5.000,00
Freguesia de Arganil	Construção de um muro de suporte junto às almas (Torrozelas)''	5.500,00	5.500,00	0,00
	Beneficiação da Rua Maestro Alves Coelho	10.000,00	10.000,00	0,00
Freguesia de Barril de Alva	Construção de armazém da junta de freguesia – 1.ª fase''	7.000,00	7.000,00	0,00
	Construção de armazém da junta de freguesia – 2.ª fase	7.000,00	7.000,00	0,00
Freguesia de Benfeita	Beneficiação do cemitério da Benfeita – 2.ª fase	4.500,00	4.500,00	0,00
	Reabilitação de muro de contenção de talude	20.000,00	20.000,00	0,00
	Criação de bar e wc's na Fraga da Pena	12.500,00	12.500,00	0,00
	Criação de bar e wc's na Fraga da Pena – 2ª Fase	12.500,00	6.250,00	6.250,00
Freguesia de Celavisa	Requalificação da Rua da Carreira (Pracerias)	3.500,00	3.500,00	0,00
	Beneficiação de arruamentos em Adecasal, Celavisa e Jurjais	8.092,81	8.092,81	0,00
	Requalificação da Rua Principal	10.428,75	5.214,37	5.214,38
Freguesia de Cepos	Beneficiação do restaurante da Chã da Cabeça – 2.ª fase''	8.000,00	8.000,00	0,00
	Beneficiação do restaurante da Chã da Cabeça – 3.ª fase	10.500,00	10.500,00	0,00
Freguesia da Cerdeira	Abertura de vala e aplicação de grelha numa rua junto ao pardieiro	848,00	848,00	0,00
	Construção de piscina	10.000,00	10.000,00	0,00
	Trabalhos de sivilcultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Construção de piscina – 2ª Fase	10.000,00	10.000,00	0,00
Freguesia de Coja	Criação de uma zona de lazer junto ao Rio Alva (Côja) – 1.ª fase	12.000,00	12.000,00	0,00
	Criação de uma zona de lazer junto ao Rio Alva (Côja) – 2.ª fase	12.000,00	12.000,00	0,00
	Animação Turística (FAVA, Praias)	5.000,00	5.000,00	0,00
Freguesia de Folques	Reabilitação do edifício da Junta de freguesia.''	9.470,00	9.470,00	0,00
	Parque de lazer da Ponte nova – 1.ª fase.	10.590,46	10.590,46	0,00
Freguesia de Piódão	Construção de zona balnear (Fórnea)''	6.314,00	6.314,00	0,00
	Calçamento de rua de acesso ao largo principal – Chãs D'Égua	8.037,45	8.037,45	0,00
Freguesia de Pomares	Beneficiação da zona de lazer junto ao parque de campismo	5.000,00	5.000,00	0,00
	Beneficiação do parque de campismo – 2ª Fase	8.000,00	4.000,00	4.000,00
Freguesia de Pombelro da Beira	Construção de muro de suporte em Couços	11.000,00	11.000,00	0,00
	Reconstrução da antiga estrada Salgueiral – Chãs Grandes - Casal de Frade	15.000,00	15.000,00	0,00
	Calçamento de espaço ao redor da Capela	3.500,00	1.750,00	1.750,00
Freguesia de S.M. Cortiça	Criação do Centro Cultural de São Martinho da Cortiça – 4.ª fase	9.500,00	9.500,00	0,00
	Criação do Centro Cultural de São Martinho da Cortiça – 5.ª fase	12.076,47	12.076,47	0,00
	Construção de Passeio – São Martinho da Cortiça	3.900,00	1.950,00	1.950,00
Freguesia de Sarzedo	Construção de piscina na zona de lazer do Valeiro do Barco	15.000,00	15.000,00	0,00
	Trabalhos de sivilcultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Construção de piscina na zona de lazer do Valeiro do Barco – 2ª Fase	15.000,00	15.000,00	0,00
Freguesia de Secarfas	Requificação do largo do cemitério	6.000,00	6.000,00	0,00
	Requalificação do Largo Antonino dos Santos – 2ª Fase	7.500,00	3.750,00	3.750,00
Freguesia da Teixeira	Beneficiação do largo do Porto Castanheiro	6.000,00	6.000,00	0,00
	Beneficiação da rede de águas e arruamentos -Água d'Alte e Relvas	11.000,00	0,00	11.000,00
Freguesia de Vila Cova de Alva	Construção de jardim (Casal de S. João) e parque infantil (Vinhó)''	8.000,00	8.000,00	0,00
	Trabalhos de sivilcultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
Total		378.857,48	339.943,10	38.914,38

No total a despesa paga em 2011 apresenta a seguinte estrutura:

Estrutura da Despesa Paga- 2011		
Classificação da Despesa	Execução	%
Despesas Correntes	Total de 2011	
Pessoal	3.605.062,28	27,23%
Aquisição de Bens e Serviços	2.600.346,91	19,64%
Juros e Outros Encargos	189.789,94	1,43%
Transferências Correntes	394.759,70	2,98%
Outras Despesas Correntes	386.885,78	2,92%
Total Despesas Correntes	7.176.844,61	54,20%
Despesas de Capital		
Aquisição de Bens de Capital	4.984.118,23	37,64%
Transferências de Capital	554.560,62	4,19%
Activos Financeiros	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	525.584,89	3,97%
Total Despesas de Capital	6.064.263,74	45,80%
Total das Despesas	13.241.108,35	100,00%



Do quadro anterior destaca-se o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens de capital.

Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2011 ascendeu a 17.907.889,00€, dos quais 8.195.989,00€ são afetos a despesas correntes (46,77%) e 9.711.900,00€ (53,23%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 13.241.108,35€, sendo 7.176.844,61€ (54,20%) despesas de natureza corrente e 6.064.263,74€ (45,80%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 4.666.780,65€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 73,94%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 87,57%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 62,44%.

Mapa resumo da execução orçamental da despesa

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa corrente	8.195.989,00	7.176.844,61	-1.019.144,39	87,57%
Despesa capital	9.711.900,00	6.064.263,74	-3.647.636,26	62,44%
Total	17.907.889,00	13.241.108,35	-4.666.780,65	73,94%

O Quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2003 a 2011.

Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa Corrente	77,90%	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%	87,57%
Despesa de Capital	40,70%	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%	62,44%
Despesa Total	53,82%	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%	73,94%

Do quadro anterior podemos aferir que a taxa de execução da despesa de 2011 é maior dos últimos 8 anos, excetuando-se o ano de 2006 no qual foi contratado um dos empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro.

Os Quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da Despesa.

Como tem acontecido em todos os anos, atendendo à respetiva natureza, o agregado despesas com Pessoal apresentou um índice de execução elevado.

Da leitura dos Quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçado (-735.004,09€).

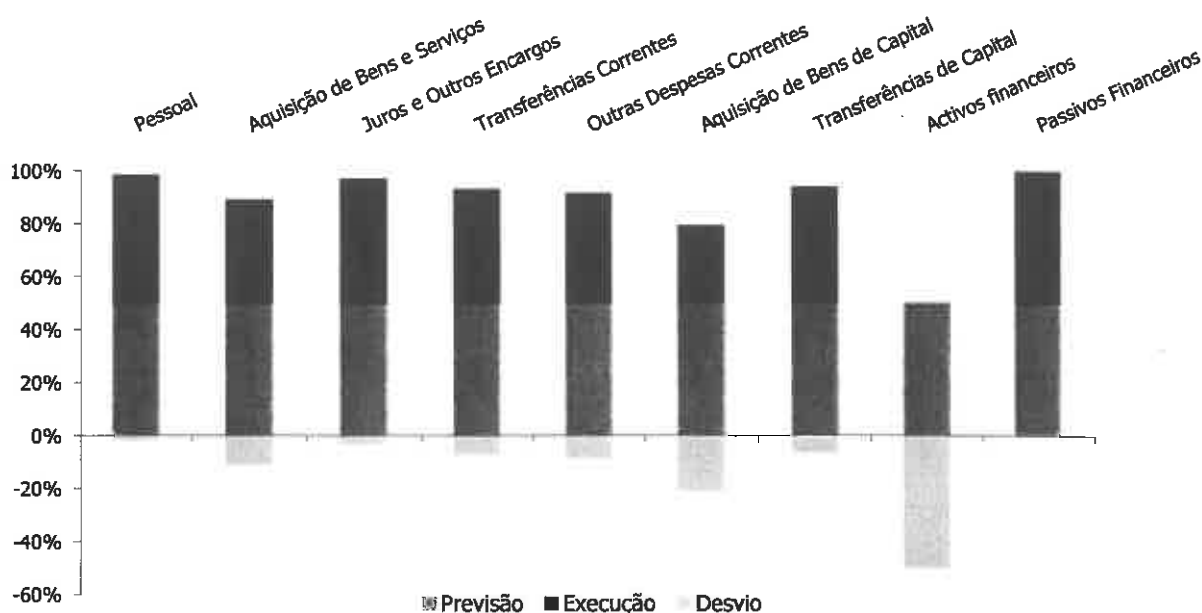
No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respetivo valor pago totalizou menos 3.647.636,26€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projetos nomeadamente: Requalificação da Antiga Cerâmica e Espaço Envolvente e a Requalificação do Parque do Prado como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

Execução Orçamental da Despesa 2011

	Inicial	Orçamento Final	Variação	Valor Executado	Desvio	%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.912.638,00	3.732.488,00	180.150,00	3.605.062,28	-127.425,72	96,59%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.065.101,00	3.335.351,00	-270.250,00	2.600.346,91	-735.004,09	77,96%
03 - Juros e outros encargos	190.500,00	202.500,00	-12.000,00	189.789,94	-12.710,06	93,72%
04 - Transferências correntes	582.750,00	459.250,00	123.500,00	394.759,70	-64.490,30	85,96%
06 - Outras despesas correntes	445.000,00	466.400,00	-21.400,00	386.885,78	-79.514,22	82,95%
Total das despesas correntes	8.195.989,00	8.195.989,00	0,00	7.176.844,61	-1.019.144,39	87,57%
07 - Aquisição de bens de capital	8.571.900,00	8.521.900,00	50.000,00	4.984.118,23	-3.537.781,77	58,49%
08 - Transferências de capital	585.000,00	635.000,00	-50.000,00	554.560,62	-80.439,38	87,33%
09 - Activos financeiros	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	-25.000,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	530.000,00	530.000,00	0,00	525.584,89	-4.415,11	99,17%
Total das despesas de capital	9.711.900,00	9.711.900,00	0,00	6.064.263,74	-3.647.636,26	62,44%
Total da Despesa	17.907.889,00	17.907.889,00	0,00	13.241.108,35	-4.666.780,65	73,94%

Previsão/ Execução e Desvio da Despesas 2011



Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2011, estimaram-se inicialmente em 10.934.100,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 10.929.200,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 62,91%, sendo que, 58,49% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 78,56% às Atividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Grau de Execução das GOP's				
Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	8.571.900,00	8.521.900,00	4.984.118,23	58,49%
Actividades Mais Relevantes	2.362.200,00	2.407.300,00	1.891.065,46	78,56%
Total	10.934.100,00	10.929.200,00	6.875.183,69	62,91%

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projetos:

Projectos das GOP's					
Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2011 + valores realiz. em anos anteriores e não pagos	Realizado Total	Pago em 2011	Pago Total
Projectos do PPI					
Requalificação EB1Arganil	297.307,83	1.588.670,83	1.885.978,66	1.585.850,44	1.883.158,27
Requalificação do Prado em Coja	23.356,70	148.307,69	171.664,39	127.625,61	150.982,31
Telegestão		88.560,00	88.560,00	79.704,00	79.704,00
Aquisição e digitalização de Espólio de "A Comarca de Arganil"		103.754,51	103.754,51	96.016,88	96.016,88
Requalificação Antiga Cerâmica	1.255.856,74	2.082.261,45	3.338.118,19	1.547.493,63	2.803.350,37
Aquisição Terrenos em Zonas Industriais	880.839,12	115.407,00	996.246,12	115.407,00	996.246,12
Requalificação Estrada do Mosteiro/Folques	0,00	144.124,03	144.124,03	144.124,03	144.124,03
Requalificação Rede Viária Municipal	1.112.684,96	603.873,14	1.716.558,10	510.258,94	1.622.943,90
Transferências para as Freguesias		591.242,15	591.242,15	552.327,78	552.327,78
Transferências para Outras Instituições		112.330,99	112.330,99	105.930,99	105.930,99
Sub- Total	3.570.045,35	5.578.531,79	9.148.577,14	4.864.739,30	8.434.784,65
Projectos das AMR's					
Transportes escolares		496.277,37	496.277,37	333.894,48	333.894,48
Fornecimento de refeições 1.º CEB e Pré-Escolar		210.407,96	210.407,96	185.897,80	185.897,80
Custos Funcionamento das Aguas do Mondego		196.642,66	196.642,66	166.661,77	166.661,77
Custos Funcionamento da ERSUC		126.563,41	126.563,41	107.962,91	107.962,91
Ficabeira		181.296,88	181.296,88	180.090,33	180.090,33
Sub-Total	0,00	1.307.388,28	1.307.388,28	1.069.957,29	1.069.957,29
Total	3.570.045,35	6.885.920,07	10.455.965,42	5.934.696,59	9.504.741,94

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2011:

- Requalificação da Antiga Cerâmica cuja obra se encontra em curso e cujo término está previsto para 2012;

- Aquisição de Terrenos nas Zonas Industriais, que respeita ao valor das aquisições feitas para o alargamento da Zona Industrial da Relvinha;
- Requalificação Eb1 de Arganil com uma taxa de execução de 95,77%;
- Requalificação do Parque do Prado em Coja, cuja obra ainda se encontra em curso e cujo término está previsto para 2012;
- Os Transportes Escolares, projeto das AMR's, cujo valor de execução se cifrou nos 89,34%;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

A execução global de 2011 ficou acima da verificada nos anos de 2009 (45,21%), e abaixo do ano de 2010 (67,59%) facto também explicado pela contratação de empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro neste último.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

O Decreto-Lei n.º 116/84, de 06 de Abril regulamentava os limites dos encargos com o pessoal dos Municípios; no entanto a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/09, de 23 de Outubro, que veio revogar o anterior não inclui nenhuma limitação às despesas com o pessoal, podendo esta ser fixada no Orçamento de Estado.

A Lei de Orçamento de Estado para 2011 não previu qualquer limite para esse ano para as despesas com pessoal das Autarquias Locais. No entanto o n.º 5 do art. 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente dos recursos aconselha a sua contenção. Desse modo, também em 2011, verificou-se um esforço de contenção de despesas com o pessoal.

Os gastos com Pessoal correspondem a 27,2% da Despesa Global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (79,54%), a diminuição registada face a 2010, de 4,08%, foi sobretudo devido à redução das remunerações aos órgãos autárquicos.

Das sub-rúbricas das remunerações certas e permanentes apenas as remunerações do pessoal em regime de contrato a termo e o subsídio de férias e de Natal viram o seu valor aumentar relativamente a 2010, sendo o valor total de aumento de 16.603,44€, o que representa apenas 0,6%.

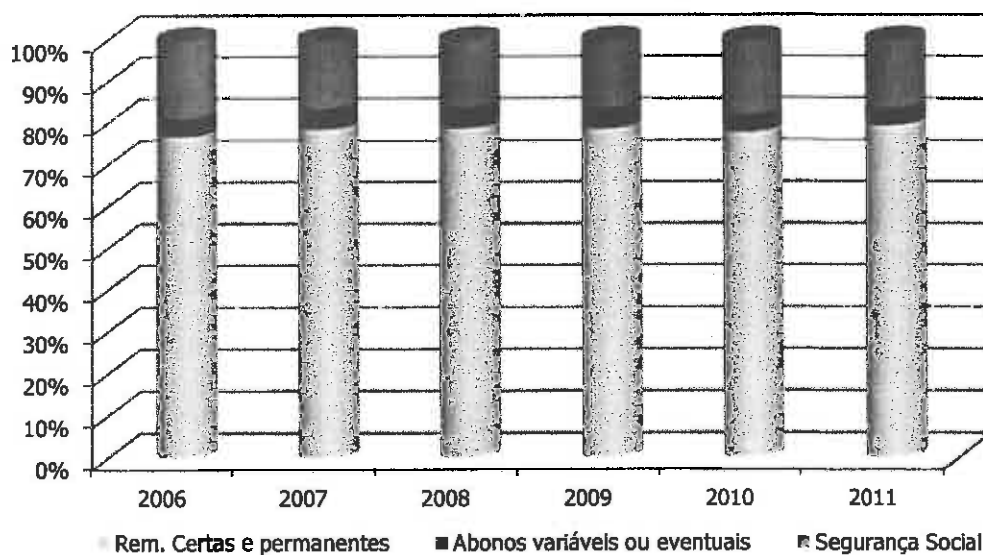
Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com: as senhas de presença dos eleitos, o trabalho extraordinário e o prestado em dias de descanso semanal, complementar e Feriados, bem como outros abonos aos funcionários. Neste capítulo registou-se um aumento do abono para falhas, consequência da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra no âmbito do processo interposto pelos motoristas deste Município.

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão de Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como “ADSE”.

Quanto a esta matéria, é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuadas em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município. No ano de 2011 o montante pago a este título totalizou os 69.919,00€, conforme o valor registado na rubrica “Encargos com a Saúde”.

Estrutura das despesas com pessoal



Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2011

Relatório de Gestão 2011 - 1.º trimestre

Rem. Certas e permanentes	2006		2007		2008		2009		2010		2011		Estru. %	Var. %
		Var. %		Var. %		Var. %		Var. %		Var. %		Var. %		
Rem. órgãos autárquicos	143.244,46		104.607,96	-26,97%	111.589,20	6,67%	118.605,74	6,29%	235.062,07	98,19%	135.699,00	3,76%	-42,27%	
Rem. pessoal do quadro	1.601.857,87		1.592.583,52	-0,58%	1.535.572,13	-3,58%	1.561.183,66	1,67%	1.694.891,52	-2,62%	1.692.628,79	46,95%	-0,13%	
Rem. pessoal reg. contrato ind. trabalho	705,37		70.982,60	9963,17%	158.077,86	122,70%	179.387,02	13,48%				0,00%	-	
Rem. pessoal contratado a termo	297.570,10		275.408,18	-7,45%	312.007,07	13,29%	301.415,67	-3,39%	233.396,41	-22,57%	248.153,58	6,88%	6,32%	
Pessoal em regime de tarefa ou avença	70.709,45		83.754,79	18,45%	64.692,20	-22,76%	12.960,00	-79,97%	13.023,00	0,49%	9.963,00	0,28%	-23,50%	
Pessoal aguardando aposentação	1.202,77		545,26	-54,67%	0,00	-100,00%	563,66	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Pessoal em qualquer outra situação	15.322,72		4.836,00	-68,44%	21.503,88	344,66%	40.131,18	86,62%	96.762,38	141,12%	89.121,75	2,47%	-7,90%	
Representação	24.883,75		23.631,97	-5,03%	24.098,16	1,97%	24.797,04	2,90%	24.797,04	0,00%	16.780,32	0,47%	-32,33%	
Subsídio de alimentação	213.152,39		220.375,89	3,39%	241.487,87	9,58%	246.093,12	1,91%	238.154,35	-3,23%	228.001,53	6,32%	-4,26%	
Subsídio de férias e de natal	371.140,54		367.271,36	-1,04%	378.790,28	3,14%	380.382,60	0,42%	373.991,78	-1,68%	375.838,05	10,43%	0,49%	
Rem. por doença maternidade/ paternidade	79.249,72		64.527,42	-18,58%	51.064,63	-20,86%	63.328,70	24,02%	79.424,80	25,42%	71.208,90	1,98%	-10,34%	
Sub-total	2.819.039,14		2.808.524,95	-0,37%	2.898.883,28	3,22%	2.928.848,39	1,03%	2.989.503,35	2,07%	2.867.394,92	79,54%	-4,08%	
Abonos variáveis ou eventuais														
Gratificações variáveis ou eventuais	1.409,92		0,00	-100,00%	599,40	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Horas extraordinárias	47.132,99		78.993,15	67,60%	76.379,58	-3,31%	77.885,55	1,97%	77.908,27	0,03%	62.052,98	1,72%	-20,35%	
Ajudas de custo	65.305,47		64.073,53	-1,89%	67.830,12	5,86%	66.739,91	-1,61%	46.633,55	-30,13%	34.675,80	0,96%	-25,64%	
Abono para falhas	3.493,52		3.947,09	12,98%	4.443,40	12,57%	4.684,40	5,42%	4.392,87	-6,22%	20.282,56	0,56%	361,72%	
Subsídio trabalho noturno	3.953,60		4.300,56	8,78%	4.077,93	-5,18%	5.443,51	33,49%	4.709,03	-13,49%	6.020,01	0,17%	27,84%	
Subsídio de turno	13.490,38		8.123,81	-39,78%	8.336,31	2,62%	7.989,32	-4,16%	7.374,09	-7,70%	7.422,25	0,21%	0,65%	
Indemnizações por cessação de funções	0,00		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Outros suplementos e prémios	23.941,15		19.043,80	-20,46%	19.500,75	2,40%	24.145,11	23,82%	18.955,68	-21,49%	17.547,74	0,49%	-7,43%	
Sub-total	158.727,03		178.481,94	12,45%	181.167,49	1,50%	186.887,80	3,16%	159.973,49	-14,40%	148.001,34	4,11%	-7,48%	
Segurança Social														
Encargos com a saúde														
Outros encargos com a saúde	25.673,76		27.492,03	7,08%	22.329,96	-18,78%	30.119,11	34,88%	31.546,01	4,74%	26.772,18	0,74%	-15,13%	
Subsídio familiar a crianças e jovens	41.806,30		35.552,13	-14,96%	34.536,48	-2,86%	34.753,40	0,63%	35.326,90	1,65%	26.538,36	0,74%	-24,88%	
Outras Prestações Familiares	6.265,62		5.110,92	-100,00%	7.489,18	46,53%	7.933,36	5,93%	7.912,40	-0,26%	6.389,05	0,18%	-19,25%	
ADSE	210.150,23		76.984,64	100,00%	65.929,40	-14,36%	73.014,55	10,75%	149.934,43	105,35%	18.380,43	0,51%	-87,74%	
Segurança social dos funcionários públicos	265.419,35		290.732,86	9,54%	287.005,02	-1,28%	288.613,90	0,56%	280.331,26	-2,87%	270.069,02	7,49%	-3,66%	
Segurança social regime geral	89.915,37		105.031,22	16,81%	128.478,62	22,32%	139.873,70	8,87%	159.306,67	13,89%	147.646,38	4,10%	-7,32%	
Outras pensões	710,40		0,00	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Seguros	48.586,77		43.261,55	-10,96%	45.430,08	5,01%	28.943,72	-36,29%	23.120,88	-20,12%	23.951,60	0,66%	3,59%	
Sub-total	688.527,80		584.165,35	-15,16%	591.198,74	1,20%	603.251,74	2,04%	687.478,55	13,96%	589.666,02	16,36%	-14,23%	
Total	3.666.293,97		3.571.172,24	-2,59%	3.671.249,51	2,80%	3.718.987,93	1,30%	3.836.955,39	3,17%	3.605.062,28	100,00%	-6,04%	

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "51/85"
 - Middle right: "RP"
 - Bottom right: "P" and "A" with checkmarks.

Os montantes respeitantes às despesas com pessoal foram enviados à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de modo a se cumprir o disposto no n.º 5 da Lei das Finanças Locais.

Deste modo foram enviados trimestralmente, para a entidade acima referida, mapas comparativos entre 2010 e 2011, com as respetivas exceções e cujo conteúdo se apresenta de seguida:

Montantes acumulados no final de 2011			
	Final trimestre 2010 (1)	Final trimestre 2011 (2)	Comparação [2011-2010] (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	3.836.955,39	3.605.062,28	-231.893,11
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)			0,00
TOTAL	3.836.955,39	3.605.062,28	-231.893,11
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			
Aumento resultante de disposições legais			
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			

No quadro acima é possível verificar que relativamente a 2010 houve uma variação negativa das despesas com pessoal e aquisição de serviços, pelo que não foi necessário o valor das exceções.

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas correntes, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas correntes totais aumentou relativamente a 2010 mas não tanto como nos anos anteriores.

Despesa Pessoal / Despesa Corrente							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas com Pessoal	3.495.495,26	3.666.293,97	3.571.172,24	3.671.249,51	3.718.987,93	3.836.955,39	3.605.062,28
Despesas Correntes	6.210.286,89	6.944.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61
Desp. Pessoal/ Correntes	56,29%	52,79%	51,93%	50,45%	53,46%	47,56%	50,23%

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afeto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

N.º Funcionários da Câmara Municipal afectos as Juntas de Freguesia

Freguesia	N.º de Funcionários	Valor
Anseriz	1	7.650,55
Arganil	1	6.495,25
Barril de Alva	1	10.728,28
Benfeita	3	23.903,11
Celavisa	2	17.087,99
Cepos	2	21.277,62
Cerdeira	1	8.401,33
Coja	2	18.788,61
Folques	2	16.022,93
Moura da Serra	2	14.675,47
Piódão	3	28.828,34
Pomares	3	25.178,85
Pombeiro Beira	4	32.771,98
Secarias	1	7.888,86
Sarzedo	1	2.797,00
S.Mart.Cortiça	2	15.424,64
Teixeira	2	14.519,57
Vila Cova Alva	2	15.975,57
Total	35	288.415,95

Refere-se ainda que para as Freguesias de S. Martinho da Cortiça e Coja foi transferido o montante correspondente ao custo de um funcionário.

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

É de sublinhar, que o F.S.M. não se trata de uma receita acrescida para as autarquias, mas de parte dos anteriores Fundos Municipais extintos pela nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro), que antes de 2007 eram transferidos sem qualquer condicionalismo, e que passaram com a criação do F.S.M. a serem obrigatoriamente alocadas a determinadas funções sociais. A instituição do F.S.M. traduziu-se assim, numa perda de autonomia financeira dos Municípios, em relação às verbas transferidas anualmente através do Orçamento de Estado.

No exercício de 2009 foram introduzidas alterações pela Lei 64-A/2008 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado de 2009), e que se mantiveram em 2010 e 2011, conforme definido na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, ao nível das despesas enquadráveis no F.S.M., que inicialmente estavam definidas na Lei das Finanças Locais, deixando de ser aceites os encargos com o 2º e 3º Ciclos do ensino básico.

O Município saiu em claro prejuízo com esta mudança, que tem reflexos principalmente ao nível dos transportes escolares, assegurados pela autarquia, tendo um impacto financeiro de 167.873,68€ em 2011 que se somam aos 424.351,48€ de 2009 e 2010, que deixaram de poder ser financiados pelo F.S.M. passando a ser suportados na totalidade pelo Município.

Deste modo, e nos termos das regras em vigor do F.S.M. para 2011, o Município de Arganil esteve obrigado a realizar pagamentos na área da Educação no montante mínimo de 210.584,00 € (valor definido na Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2011), sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências de 2012 os valores em falta.

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2011 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 704.614,67€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para comparticipar estes encargos de 352.150,21€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2011 relativos ao funcionamento do 1.º CEB e Pré - Escolar:

Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DREC	Famílias	
Transportes Escolares	130.994,50				
Refeições Escolares	174.616,87				
Prolongamento horário	20.486,65	210.584,00	70.380,93	71.499,53	352.150,21
Pessoal Auxiliar	268.217,56				
Outras Despesas de Fun. Corrente	110.299,09				
Total	704.614,67	210.584,00	70.380,93	71.499,53	352.150,21

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um deficit de 49,98%, que é diretamente participado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 352 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB e Pré-Escolar.

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos (para aquisição de livros escolares), reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário. O valor atribuído para aquisição de livros escolares, não considerado no quadro acima, totalizou a importância de 5.533,48€.

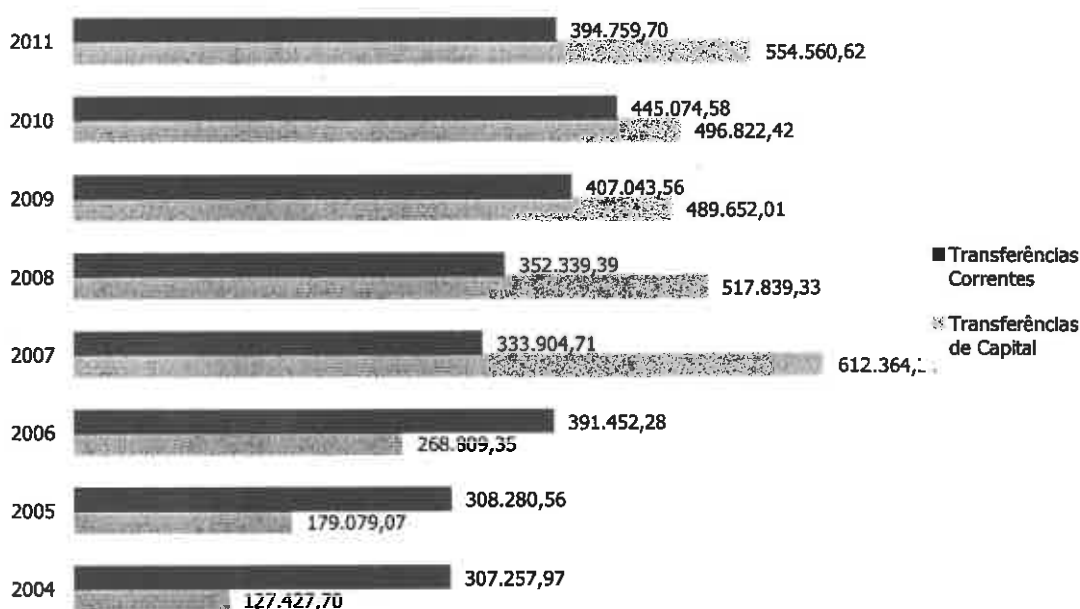
Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

Por outro lado, o Investimento realizado neste sector, nomeadamente os Centros Escolares, não é participado a 100%, sendo a taxa de participação efetiva de 85%.

Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos sete anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Transferências Correntes	307.257,97	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58	394.759,70
Transferências de Capital	127.427,70	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42	554.560,62



Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2011 as transferências correntes sofreram uma pequena redução relativamente a 2010.

Por outro lado as transferências de capital viram o seu valor a aumentar. Este aumento deve-se sobretudo ao aumento das transferências para as Juntas ao abrigo de contratos programa.

Das Transferências correntes destaca-se o valor transferido para o apoio ao associativismo que representa 27% das mesmas.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 91% das transferências de capital.

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para os Bombeiros Voluntários do Concelho (de Arganil e Coja), para o Centro Social e Paroquial de Benfeita a título de comparticipação na ampliação desse mesmo centro.

Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma direta – transferência, quer de forma indireta – pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal:

Montantes Recebidos directa e indirectamente pelas Juntas de Freguesia							
Freguesia	Adendas						
	Delegação de Competências	Delegação Comp.	Comp. Mesas Eleitorais	Contratos Programa	Outros Apoios	Pessoal	Total
Anseriz	6.000,00		806,84	13.990,00		7.650,55	28.447,39
Arganil	22.500,00		2.362,91	12.750,00		6.495,25	44.108,16
Barril de Alva	6.630,00		808,32	10.500,00		10.728,28	28.666,60
Benfeita	10.632,00		809,23	41.000,00		23.903,11	76.344,34
Celavisa	7.783,00		807,43	15.057,19		17.087,99	40.735,61
Cepos	6.569,00		806,79	14.500,00		21.277,62	43.153,41
Cerdeira	6.537,00		807,99	21.424,00		8.401,33	37.170,32
Coja	19.529,00	8.376,00	1.581,09	23.000,00		18.788,61	71.274,70
Folques	9.648,00		808,52	15.325,46		16.022,93	41.804,91
Moura da Serra	6.305,00		806,79			14.675,47	21.787,26
Plódão	10.739,00		807,47	11.194,45	5.000,00	28.828,34	56.569,26
Pomares	12.867,00		809,80	9.000,00		25.178,85	47.855,65
Pombeiro Beira	18.279,00	18.022,09	1.578,21	22.250,00		32.771,98	92.901,28
Secarias	7.743,00		808,93	6.750,00		7.888,86	23.190,79
Sarzedo	10.732,00	18.702,84	811,15	31.000,00	9.280,86	2.797,00	73.323,85
S.Mart.Cortiça	20.443,00	20.267,25	1.581,28	18.776,47		15.424,64	76.492,64
Teixeira	7.714,00		806,90	6.000,00	1.750,00	14.519,57	30.790,47
Vila Cova Alva	9.350,00		809,91	5.000,00		15.975,57	31.135,48
Total	200.000,00	65.368,18	18.419,56	277.517,57	16.030,86	288.415,95	865.752,12

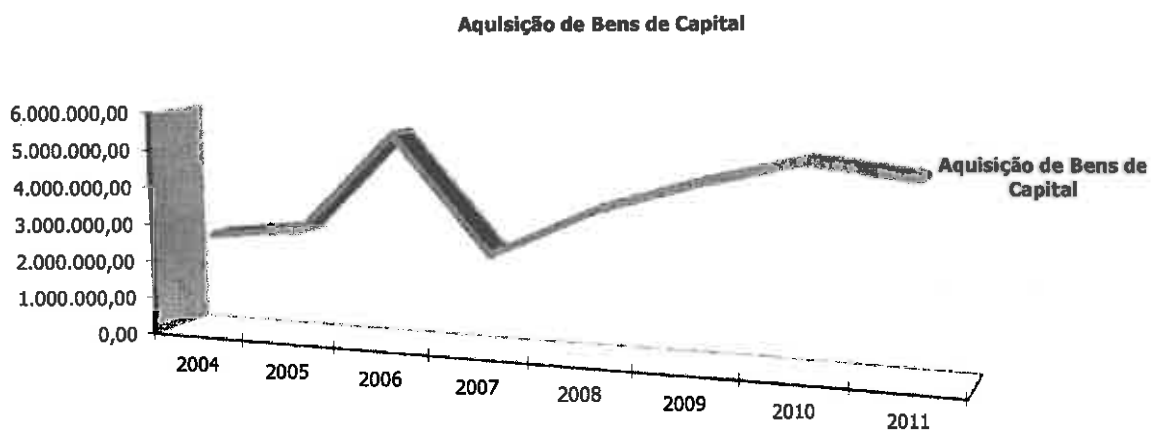
Do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

- O valor do pessoal afeto às Juntas de Freguesia representa 8% do pessoal total do Município;
- O valor dos contratos programa refere-se apenas ao valor pago.

Aquisição de Bens de Capital

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas de capital nos últimos oito anos.

Aquisição de Bens de Capital	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Aquisição de Bens de Capital	2.681.358,23	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16	5.283.902,18	4.984.118,23



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, verificaram uma pequena descida após o pico registado nos anos de 2006 e 2010.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar apenas 741.279,97€, pelo que a menor execução destas despesas se deve à sua não realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica "Aquisição de bens de Capital" representa 38% das Despesas Totais.

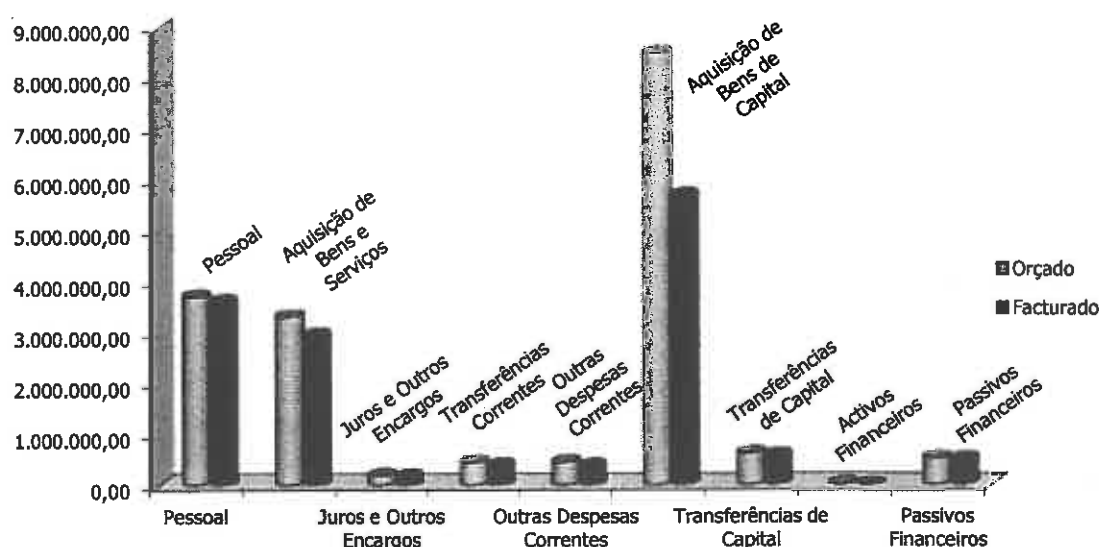
Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2011

Análise da Despesa Faturada		2008			2009			2010			2011		
Orçamental	Despesas Correntes	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %
Pessoal		3.725.500,00	3.682.750,07	98,85%	3.831.100,00	3.786.526,13	98,84%	3.942.298,00	3.869.532,63	98,15%	3.732.488,00	3.638.200,00	97,47%
Aquisição de Bens e Serviços		3.214.900,00	2.961.135,49	92,11%	3.653.000,00	3.145.499,88	86,11%	3.620.050,00	3.427.141,24	94,67%	3.335.351,00	2.977.176,88	89,26%
Juros e Outros Encargos		290.000,00	259.860,65	89,61%	175.500,00	149.561,18	85,22%	129.500,00	119.089,68	91,96%	202.500,00	190.013,85	93,83%
Transferências Correntes		417.000,00	384.965,90	92,32%	503.100,00	475.999,89	94,61%	475.450,00	467.802,05	98,39%	459.250,00	405.969,39	88,40%
Outras Despesas Correntes		526.872,00	500.434,83	94,98%	504.500,00	462.293,09	91,63%	524.500,00	506.276,88	96,53%	466.400,00	397.434,61	85,21%
Total Despesas Correntes		8.174.272,00	7.789.146,94	95,29%	8.667.200,00	8.019.880,17	92,53%	8.691.798,00	8.389.842,48	96,53%	8.195.989,00	7.608.794,73	92,84%
Despesas de Capital													
Aquisição de Bens de Capital		11.168.000,00	4.324.810,29	38,73%	11.579.000,00	7.695.384,15	66,46%	11.235.900,00	6.178.651,35	54,99%	8.521.900,00	5.725.398,20	67,18%
Transferências de Capital		562.500,00	528.430,02	93,94%	535.000,00	500.902,01	93,63%	720.000,00	545.888,42	75,82%	635.000,00	593.474,99	93,46%
Activos Financeiros		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	100,00%	5.000,00	0,00	0,00%	25.000,00	0,00	300,00%
Passivos Financeiros		583.650,00	577.306,05	98,91%	550.000,00	540.170,98	98,21%	550.000,00	532.155,31	96,76%	530.000,00	525.584,89	99,17%
Outras Despesas de Capital		55.000,00	45.861,33	0,00%	0,00	0,00	100,00%	5.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	300,00%
Total Despesas de Capital		12.369.150,00	5.476.407,69	44,27%	12.664.000,00	8.736.457,14	68,99%	12.515.900,00	7.256.695,08	57,98%	9.711.900,00	6.844.458,08	70,47%
Total das Despesas		20.543.422,00	13.265.554,63	64,57%	21.331.200,00	16.756.337,31	78,55%	21.207.698,00	15.646.537,56	73,78%	17.907.889,00	14.453.252,81	80,71%

[Handwritten signatures and initials]
RP/AD
59/85

Quadro Evolutivo da Despesa							
	2008	2009	Var%	2010	Var%	2011	Var%
Orçamentado	20.543.422,00	21.331.200,00	3,83%	21.207.698,00	-0,58%	17.907.889,00	-15,56%
Cabimentado	14.872.066,51	18.441.411,68	24,00%	18.004.325,03	-2,37%	16.199.268,26	-10,03%
Facturado	13.265.554,63	16.756.337,31	26,31%	15.646.537,56	-6,62%	14.453.252,81	-7,63%
Executado	12.248.382,12	12.627.764,39	3,10%	14.380.456,96	13,88%	13.241.108,35	-7,92%

Despesas Orçamentadas/ Facturadas 2011



Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2011

Designação	Orçamentada	Comprometida do exercício	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
1. Despesas Correntes	8.195.989,00	7.733.220,25	7.608.794,73	7.176.844,61	431.950,12	124.425,52
1.1 Pessoal	3.732.488,00	3.638.200,00	3.638.200,00	3.605.062,28	33.137,72	0,00
1.3 Aquisição de Bens	787.351,00	730.644,66	686.448,34	606.265,56	80.182,78	44.196,32
1.2 Aquisição de Serviços	2.548.000,00	2.365.606,74	2.290.728,54	1.994.081,35	296.647,19	74.878,20
1.4 Juros e Outros Encargos	202.500,00	190.806,42	190.013,85	189.789,94	223,91	792,57
1.5 Transferências Correntes	459.250,00	405.969,39	405.969,39	394.759,70	11.209,69	0,00
1.6 Outras Despesas Correntes	466.400,00	401.993,04	397.434,61	386.885,78	10.548,83	4.558,43
2. Despesas de Capital	9.711.900,00	8.286.487,44	6.844.458,08	6.064.263,74	780.194,34	1.442.029,36
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	5.508.000,00	5.310.485,51	4.089.805,18	3.533.528,29	556.276,89	1.220.680,33
2.2 Construções Diversas	2.326.500,00	1.306.503,18	1.120.393,54	978.687,90	141.705,64	186.109,64
2.3 Material de Transporte	35.000,00	21.570,53	21.570,53	21.570,53	0,00	0,00
2.4 Equipamento e Software Informático	163.400,00	142.098,14	140.876,53	117.961,33	22.915,20	1.221,61
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	298.000,00	254.792,96	244.885,21	235.127,18	9.758,03	9.907,75
2.6 Outros Investimentos	191.000,00	131.977,24	107.867,21	97.243,00	10.624,21	24.110,03
2.7 Transferências de Capital	635.000,00	593.474,99	593.474,99	554.560,62	38.914,37	0,00
2.8 Activos Financeiros	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9 Passivos Financeiros	530.000,00	525.584,89	525.584,89	525.584,89	0,00	0,00
Total de Despesas (1+2)	17.907.889,00	16.019.707,69	14.453.252,81	13.241.108,35	1.212.144,46	1.566.454,88

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa faturada totalizou a importância de 14.453.252,81€, representando menos 1.193.284,75€ do que no ano de 2010;
- O valor da despesa faturada por liquidar em 2011, que transitou para o exercício de 2012, foi de 1.212.144,46€;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e faturadas ficou bastante próximo do valor previsto;
- O valor dos encargos comprometidos no ano de 2011, nos termos das respetivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente ascendeu a 1.566.454,88€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 92,84%
 - Despesas de capital – 70,47%

Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas efetivamente pagas.

4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., A.D.S.E., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Do resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2011 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 14.763.606,19€. Deste montante, 13.020.351,76€ são provenientes de receitas orçamentais e 750.861,68,00€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 14.763.606,19€, repartidas pelas despesas orçamentais (13.241.108,35€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (663.293,39€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2010, no valor total de 992.392,75€, o saldo a transitar para o ano económico de 2012, será de 859.204,45€ Este saldo da gerência de 2011 decompõe-se em 424.329,86€, como saldo de operações orçamentais, e em 434.874,59€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência		
	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
Saldo da gerência anterior (2010)	645.086,45	347.306,30
2011		
Receitas	13.020.351,76	750.861,68
Despesas	13.241.108,35	663.293,39
Saldo para gerência seguinte	424.329,86	434.874,59

4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das atividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores										
Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%	17,29%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%	11,59%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%	54,33%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%	59,78%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%	40,04%
Pessoal/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%	47,82%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%	39,13%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%	83,65%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%	7,68%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%	52,64%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%	47,36%
Pessoa/Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%	49,85%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%	43,78%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%	5,51%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%	102,01%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,62%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%	75,96%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas faturadas.

4.6 Endividamento

Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Neste ponto importa enquadrar o endividamento de médio e longo prazo o qual, inicialmente previsto na Lei das Finanças Locais, foi alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Lei de Orçamento de Estado.

O número 2 do artigo 53º do referido diploma legal dispõe que, *“No ano de 2011, a contração de novos empréstimo de médio e longo prazos está limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo do disposto nos n.os 1 e 5 a 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril”.*

Do exposto conclui-se que o limite de endividamento de médio e longo prazo para o Município de Arganil no ano de 2011 será o valor que existia a 31 de Dezembro de 2010 acrescido do valor do rateio.

No quadro seguinte podemos verificar que o Município de Arganil no ano de 2011 tem margem para o endividamento de médio e longo prazo, no valor de 730.715,00€.

Endividamento de médio e longo prazo	
Endividamento de médio e longo prazo em 31-12-2010 (não considera o valor dos empréstimos excecionados)	7.800.000,00
Rateio de acordo com o n.º 2 do art. 53º LOE	230.715,00
Limite ao endividamento de médio e longo prazo	8.030.715,00
Endividamento Médio e longo prazo em 31-12-2011	7.300.000,00
Margem de endividamento ML Prazo	730.715,00

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução do Encargo do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo													
Descrição	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	
Amortização de Capital	2.386.797,07	94%	604.246,99	71%	577.306,05	69%	540.170,98	78%	532.155,31	86%	525.584,89	74%	
Encargos Financeiros	155.239,31	6%	248.477,74	29%	259.045,90	31%	149.405,73	22%	84.218,05	14%	184.636,39	26%	
Serviço da Dívida	2.542.036,38	100%	852.724,73	100%	836.351,95	100%	689.576,71	100%	616.373,36	100%	710.221,28	100%	

O total do serviço da dívida em 2011 ascendeu a 710.221,286€, mais 93.847,92€ do que em 2010. Tal situação deve-se sobretudo ao aumento dos encargos financeiros (juros) associados ao empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro contratado em 2010, uma vez que as amortizações de capital verificaram uma diminuição.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 184.636,39€, e foram efetuadas amortizações, no valor de 525.584,89€, as quais representam 74% do valor total do serviço da dívida.

Em 2011 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 500.000,00€
- Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários – 25.584,89€;

- Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimos Médio Longo Prazo – 182.160,42€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários – 4.475,97€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2011, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários ascendia a 94.365,04€, montante que não é considerado para efeitos dos limites de endividamento líquido e capacidade de endividamento.

Limite Legal Endividamento Líquido Municipal

Tal como o limite de endividamento de médio e longo prazo foi alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Lei de Orçamento de Estado para 2011 (LOE 2011), também o limite do endividamento líquido sofreu alterações.

Inicialmente a Lei acima referida estipulava que o endividamento líquido no final de 2011 não podia ultrapassar o valor do endividamento líquido registado em 30 de setembro. Em 30 de Novembro foi publicada a segunda revisão à Lei de Orçamento de Estado para 2011, que veio alterar o artigo 53º, dispondo que o endividamento líquido no final de 2011 não podia ultrapassar o valor que existia a 31 de Dezembro de 2010.

O limite em questão é calculado de forma compatível com o SEC 95, tendo como fim controlar o stock da dívida, sendo introduzido para possibilitar o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no âmbito da União Económica e Monetária, nomeadamente do critério do défice das contas públicas. Deste modo, foi imposto ao subsector das autarquias, através Lei das Finanças Locais (Lei 2/ 2007, de 15 de Janeiro), uma limitação ao Endividamento Líquido do conjunto do Município e das Empresas Municipais. O Endividamento Líquido é calculado através da diferença entre Passivos e Ativos Financeiros, sendo retirados os Empréstimos em dívida excecionados.

Acresce que, nos termos do nº 4 do artigo 5º da Lei das Finanças Locais, a violação dos limites de endividamento líquido previsto para cada município origina uma redução no mesmo montante, na transferência do FEF devidas no ano seguinte.

Ora, nos termos do artigo 65º do Decreto de Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março – Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2011, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) deve comunicar aos Municípios, até de 15 de Junho, os montantes máximos de endividamento. Dado que a 2.ª alteração à LEO para 2011 foi posterior a esta data a comunicação da DGAL para o limite em questão ficou sem efeito.

Desta forma, e não existindo nova comunicação da DGAL, iremos considerar como limite do endividamento líquido o valor do endividamento líquido considerado no relatório de gestão de 2010, ou seja 6.874.118,40€.

No quadro seguinte podemos analisar a evolução do endividamento do Município de Arganil:

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2011

Evolução do endividamento líquido

		2005	2006	Var. %	2007	Var. %	2008	Var. %	2009	Var. %	2010	Var. %	2011	Var. %
Passivos Financeiros (1)														
Médio e Longo Prazos														
Empréstimos		2.431.029,38	5.479.540,72	125,4%	4.902.342,21	-10,5%	4.360.353,85	-11,1%	3.819.949,93	-12,4%	7.394.365,04	93,57%	6.872.613,01	-7,06%
Forn. Sistema Locação Financeira		865.330,43	0,00	-100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Curto Prazo														
Empréstimos		0,00	588.497,91	0,0%	577.306,07	-1,9%	541.988,35	0,0%	532.155,31	0,0%	525.584,89	-1,23%	521.752,03	-0,73%
Fornecedores (c/c e imobilizado)		4.177.197,71	747.521,28	-82,1%	647.678,02	-13,4%	968.270,01	49,5%	3.980.366,89	311,1%	1.079.291,13	-72,88%	1.116.939,87	3,49%
Estado e Outros Entes Públicos		37.656,15	36.575,76	-2,9%	41.327,38	13,0%	36.567,11	-11,5%	37.059,87	1,3%	59.215,22	59,78%	55.863,53	-5,66%
Administração Autárquica		46.571,47	15.651,48	-66,4%	97.236,70	521,3%	24.434,36	-74,9%	22.041,11	-9,8%	50.835,25	130,64%	38.914,37	-23,45%
Outros Credores		628.928,51	518.818,39	-17,5%	365.361,55	-29,6%	363.262,30	-0,6%	418.780,31	15,3%	449.001,36	7,22%	449.201,60	0,04%
Acréscimos e Diferimentos*		364.998,54	348.208,89	-4,6%	417.287,79	19,8%	402.784,96	-3,5%	421.521,51	4,6%	447.233,22	6,10%	292.457,05	-34,61%
Total Passivos Financeiros		8.551.712,19	7.734.814,43	-9,6%	7.048.539,72	-8,9%	6.897.670,94	-5,0%	9.231.874,93	37,8%	10.005.526,11	8,38%	9.347.741,46	-6,57%
Activos Financeiros (2)														
Caixa		2.252,30	19.953,72	785,9%	7.402,66	-62,9%	1.577,74	-78,7%	8.186,85	418,9%	2.118,57	-74,12%	2.665,30	25,81%
Depósitos Instituições Financeiras		730.680,62	1.192.678,30	63,2%	776.825,69	-34,9%	561.392,25	-27,7%	459.792,21	-18,1%	990.274,18	115,37%	856.539,15	-13,50%
Clientes		56.589,23	62.164,12	9,9%	26.963,97	-56,6%	24.639,23	-8,6%	37.052,56	50,4%	25.268,12	-31,80%	41.137,43	62,80%
Estado e Outros Entes Públicos		24.094,94	52.609,30	118,3%	37.153,74	-29,4%	39.437,97	6,1%	34.237,65	-13,2%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Outros Devedores		0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	340.775,74	0,0%	577.660,30	69,6%	1.507.650,44	160,99%	1.350.384,53	-10,43%
Acréscimos e Diferimentos		25.857,04	33.058,80	27,9%	51.103,19	54,6%	178.028,08	248,4%	93.659,02	-47,4%	375.221,42	300,62%	564.173,25	50,36%
Investimentos Financeiros		238.356,95	238.356,95	0,0%	238.356,95	0,0%	230.874,98	-3,1%	230.874,98	0,0%	230.874,98	0,00%	230.874,98	0,00%
Total dos Activos Financeiros		1.077.831,08	1.598.821,19	48,3%	1.137.806,20	-28,8%	1.376.725,99	21,0%	1.441.463,57	4,7%	3.131.407,71	117,24%	3.045.774,64	-2,73%
Endividamento Líquido (1)-(2)		7.473.881,11	6.135.993,24	-17,9%	5.910.733,52	-3,7%	5.320.944,95	-10,0%	7.790.411,36	46,4%	6.874.118,40	-11,76%	6.301.966,82	-8,32%

* Para cálculo do end. líquido não entram as contas 2745 e 2749.

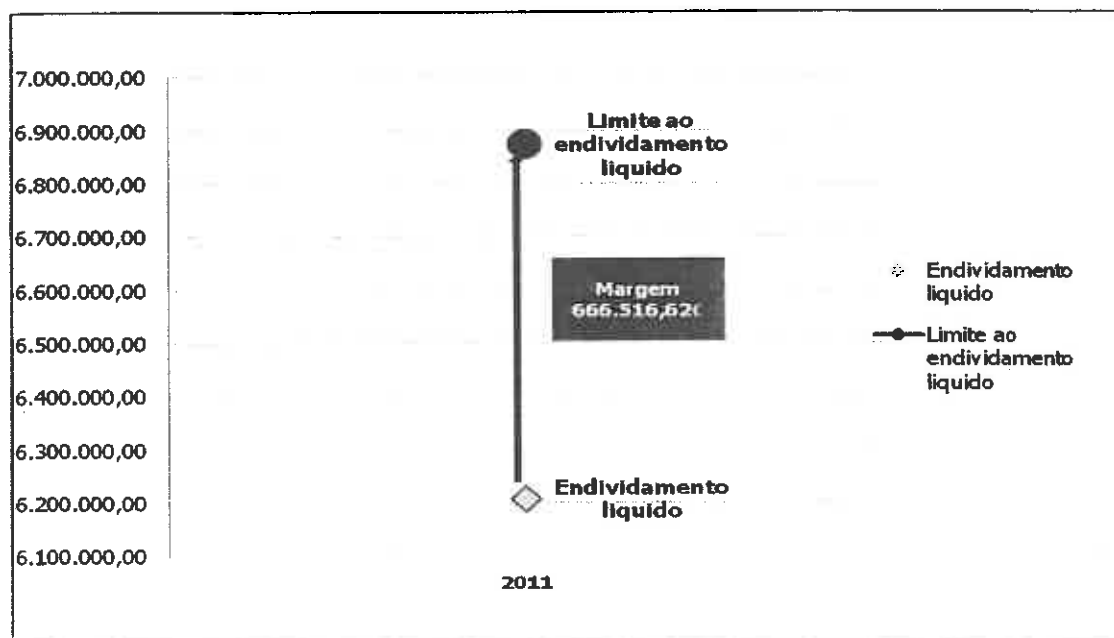
 RPAS 67/85

Do quadro acima podemos concluir que, em 2011, o endividamento líquido sofre um decréscimo de 8,32% relativamente ao ano de 2010; o que permite cumprir o limite de endividamento estabelecido.

No quadro seguinte apresenta-se o apuramento da situação de endividamento no final de 2011, onde se comparam os valores registados no Município e os limites estabelecido:

Apuramento da situação de endividamento no final de 2011		
Designação	Montante	Observações
Total endividamento bancário curto prazo	521.752,03	(A) = Saldo credor conta 2312 emp. MLP com exigibilidade de curto prazo
Capital em dívida de médio e longo prazos	6.872.613,01	(B) = Saldo credor conta 2312 emp. MLP com exigibilidade de longo prazo
Total Endividamento Líquido	6.301.966,82	(C) = Passivos Financeiros - Activos Financeiros
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento	94.365,04	(D) Inclui o valor de curto prazo com exigibilidade de curto prazo e o valor de médio e longo prazo
Capital em dívida de médio e longo prazo a c	7.300.000,00	(E) = (A) + ((B) - (C)) Inclui o valor com exigibilidade de curto prazo e o valor de médio e longo prazo
Endividamento líquido a considerar	6.207.601,78	(F) = (C) - (D)
Limites endividamento municipal		
Endividamento de médio e longo prazos	8.030.715,00	(H)
Endividamento líquido	6.874.118,40	(I)
Excesso		
Endividamento de médio e longo prazos		(K) = Excesso, se (E) > (H); (K) = Margem, se (E) < (H)
Margem		
	730.715,00	Considerando para o limite os 500.000,00 de empréstimos não excepcionados registados no curto prazo
Excesso		
Endividamento líquido	0,00	(L) = Excesso, se (F) > (I); (L) = Margem, se (F) < (I)
Margem		
	666.516,62	

Do quadro do apuramento da situação de endividamento líquido constata-se que o limite do endividamento líquido foi cumprido, existindo ainda uma margem de cerca de 666 mil euros.



Caso o limite de endividamento fosse calculado de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais, este seria de 9.204.831,46€ o que implicaria uma margem de 2.997.229,68€.

Amadeu
RPIS
RJ
Q

5. Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os ativos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município, totalizavam, em 31 de Dezembro de 2011, 52.940.219,96€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que a variação da estrutura do balanço de 2010 para 2011 (mais 5,69%), reflete por um lado o investimento em infraestruturas (aumento do valor do ativo imobilizado) em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 5 anos, destacando-se pelo seu valor as seguintes obras: Requalificação EB1 Arganil e Requalificação da Antiga Cerâmica Arganilense.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (95%). Esta estrutura reflete o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua consequente materialização em bens duradouros.

Por outro lado, estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos mas sobretudo as comparticipações financeiras comunitárias e nacionais para projetos do Município, no âmbito dos contratos-programa aprovados que se encontram em curso, representando, em 31-12-2011, o valor de 1.327.593,73€, que no seu conjunto são cerca de 56,98% do Ativo Circulante.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do ativo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respetivas tenham ocorrido em 2011.

Assente
RPIS
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Os Fundos Próprios aumentaram 4,27% relativamente ao ano de 2010 e são constituídos maioritariamente pelo Património.

O valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações do Balanço Inicial;

O resultado líquido foi positivo no valor de 718.530,68€, registando um decréscimo relativamente a 2010 de 9,26%;

O Passivo do Município de Arganil é principalmente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

É de salientar que estão refletidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 396.326,42€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito. Enquanto tal, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 10.933.646,74€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 97% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao Investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respetivos bens, e os restantes 3% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2011, que à data de 31-12-2011 não se encontravam registados na contabilidade.

Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

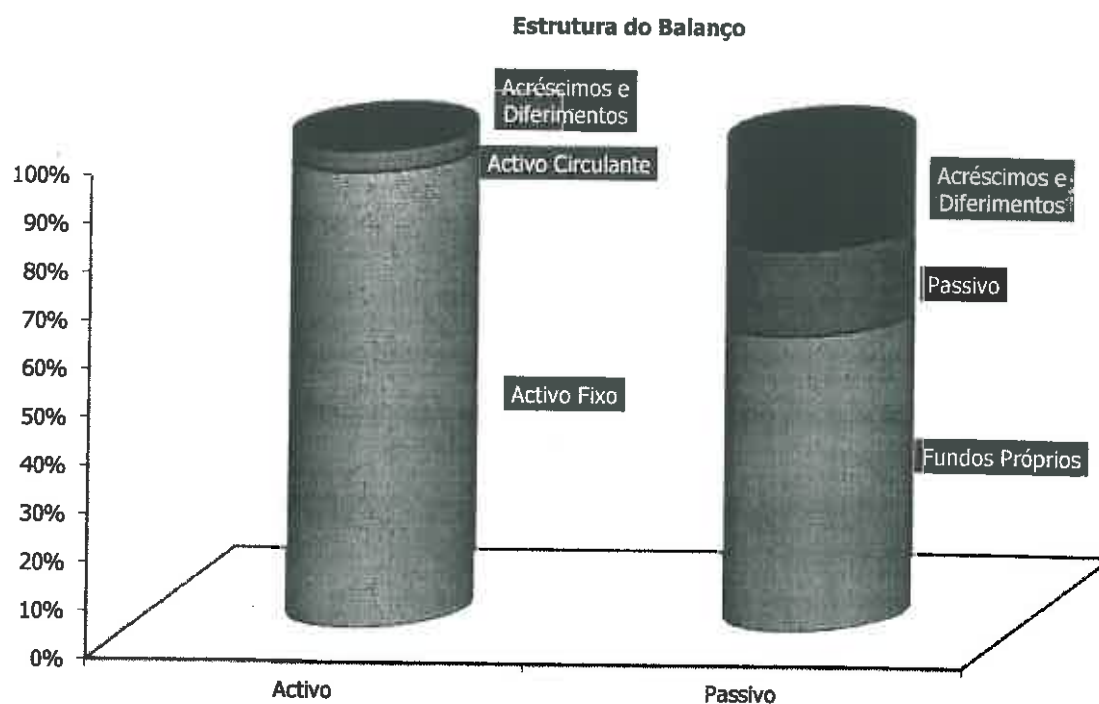
No passivo o valor dos empréstimos de médio e longo teve uma redução que se traduz no montante transferido para curto prazo, respeitante às amortizações de capital com exigibilidade de curto prazo.

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2011

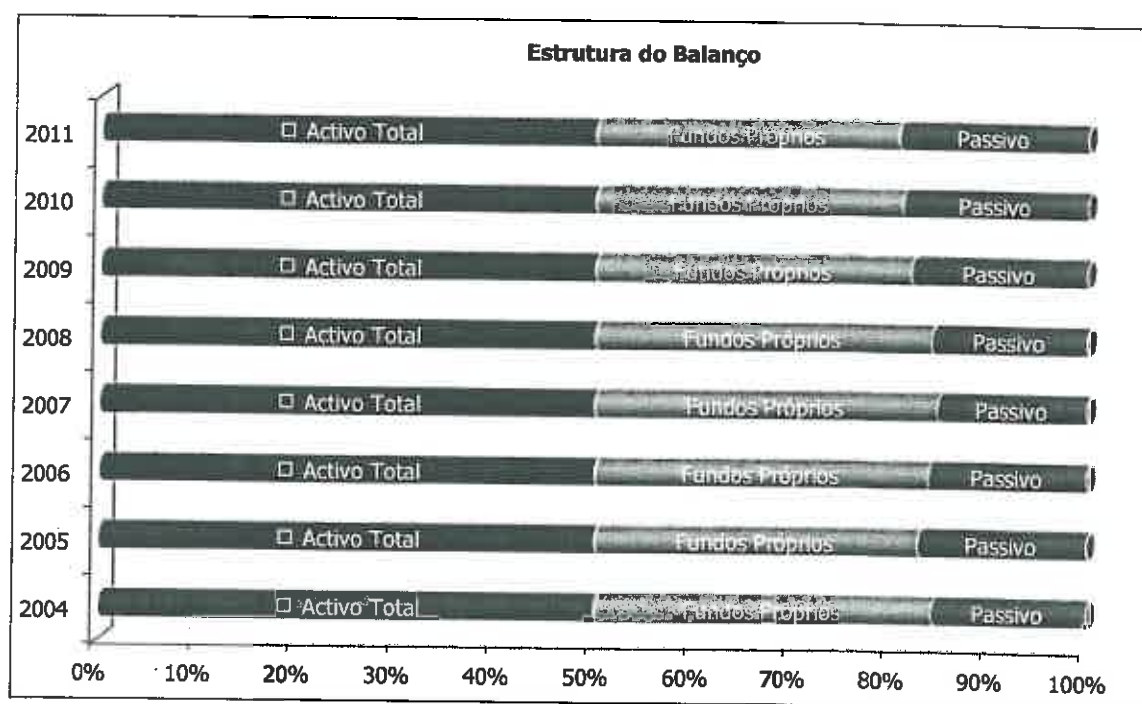
Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

Designação	2008		2009		2010		2011		Variação 10/11	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Imobilizado	40.594.802,25	96,91%	46.127.164,03	97,24%	47.113.167,72	94,06%	50.045.523,17	94,53%	2.932.355,45	6,22%
1.1 Bens do Domínio Público	21.242.146,01	50,71%	23.499.261,85	49,54%	22.942.537,24	45,80%	22.936.684,29	43,33%	-5.852,95	-0,03%
1.2 Imobilizações Incorpóreas	136.470,74	0,33%	383.888,57	0,81%	272.058,93	0,54%	326.103,27	0,62%	54.044,34	19,86%
1.3 Imobilizações Corpóreas	18.985.310,52	45,32%	22.013.138,63	46,41%	23.667.696,57	47,25%	26.551.860,63	50,15%	2.884.164,06	12,19%
1.4 Investimentos Financeiros	230.874,98	0,55%	230.874,98	0,49%	230.874,98	0,46%	230.874,98	0,44%	0,00	0,00%
2. Circulante	1.118.245,95	2,67%	1.216.168,93	2,56%	2.601.860,13	5,19%	2.329.909,39	4,40%	-271.950,74	-10,45%
2.1 Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	150.423,02	0,36%	99.239,36	0,21%	76.548,82	0,15%	79.182,98	0,15%	2.634,16	3,44%
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo	404.852,94	0,97%	648.950,51	1,37%	1.532.918,56	3,06%	1.391.521,96	2,63%	-141.396,60	-9,22%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	562.969,99	1,34%	467.979,06	0,99%	992.392,75	1,98%	859.204,45	1,62%	-133.188,30	-13,42%
3. Acréscimos e Diferimentos	178.028,08	0,42%	93.659,02	0,20%	375.221,42	0,75%	564.787,40	1,07%	189.565,98	50,52%
Activo (1+2+3)	41.891.076,28	100,00%	47.436.991,98	100,00%	50.090.249,27	100,00%	52.940.219,96	100,00%	2.849.970,69	5,69%
4. Património	27.410.737,59	95,83%	28.278.411,97	92,98%	30.020.098,34	96,18%	31.385.996,14	96,44%	1.365.897,80	4,55%
5. Reservas	314.851,97	1,10%	358.797,38	1,18%	399.532,27	1,28%	439.123,46	1,35%	39.591,19	9,91%
6. Resultados Translados	0,00	0,00%	962.102,03	3,16%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
7. Resultado Líquido do Exercício	878.908,20	3,07%	814.697,83	2,68%	791.823,76	2,54%	718.530,68	2,21%	-73.293,08	-9,26%
Fundos Próprios (4+5+6+7)	28.604.497,76	100,00%	30.414.009,21	100,00%	31.211.454,37	1,00	32.543.650,28	1,00	1.332.195,91	4,27%
8. Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	250.889,59	1,33%	407.638,53	2,00%	156.748,94	100,00%
8. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	4.360.353,85	32,82%	3.819.949,93	22,44%	7.394.365,04	39,17%	6.872.613,01	33,69%	-521.752,03	-7,06%
8.1 Dívidas a instituições de crédito	4.360.353,85	32,82%	3.819.949,93	22,44%	7.394.365,04	39,17%	6.872.613,01	33,69%	-521.752,03	-7,06%
9. Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.934.522,13	14,56%	4.990.403,49	29,32%	2.163.927,85	11,46%	2.182.671,40	10,70%	18.743,55	0,87%
9.1 Empréstimos de curto prazo	541.988,35	4,08%	532.155,31	3,13%	525.584,89	2,78%	521.752,03	2,56%	-3.832,86	-0,73%
9.2 Fornecedores, c/c	558.388,49	4,20%	970.427,95	5,70%	267.392,05	1,42%	417.683,21	2,05%	150.291,16	56,21%
9.3 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência							12.314,15	0,06%	-	-
9.4 Fornecedores de imobilizado, c/c	409.881,52	3,08%	3.009.938,94	17,68%	811.899,08	4,30%	686.942,51	3,37%	-124.956,57	-15,39%
9.5 Estado e outros entes públicos	36.567,11	0,28%	37.059,87	0,22%	59.215,22	0,31%	55.863,53	0,27%	-3.351,69	-5,66%
9.6 Administração autárquica	24.434,36	0,18%	22.041,11	0,13%	50.835,25	0,27%	38.914,37	0,19%	-11.920,88	-23,45%
9.7 Outros credores	363.262,30	2,73%	418.780,31	2,46%	449.001,36	2,38%	449.201,60	2,20%	200,24	0,04%
10. Acréscimos e Diferimentos	6.991.702,54	52,62%	8.212.629,35	48,24%	9.069.612,42	48,04%	10.933.646,74	53,61%	1.864.034,32	20,55%
Passivo (8+9+10)	13.286.578,52	100,00%	17.022.982,77	100,00%	18.878.794,90	100,00%	20.396.569,68	100,00%	1.517.774,78	8,04%
Fundos Próprios e Passivo	41.891.076,28		47.436.991,98		50.090.249,27		52.940.219,96		2.849.970,69	5,69%

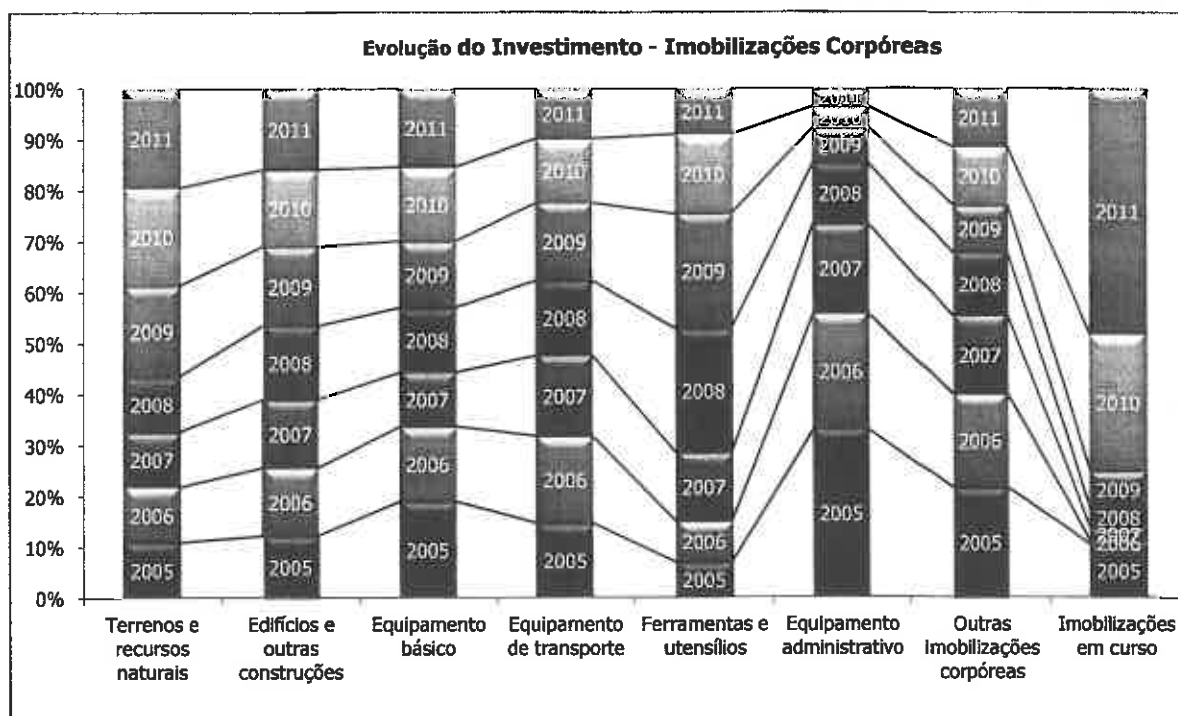
[Handwritten signatures and initials in blue ink]



No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 8 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:



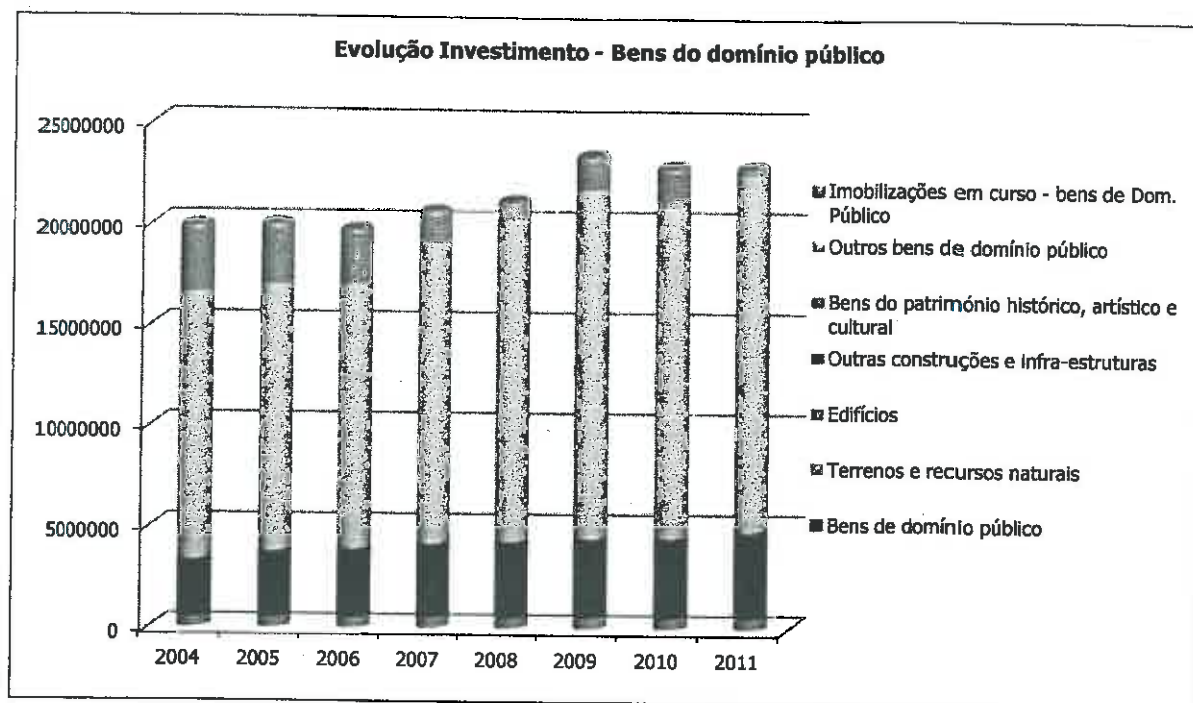
Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos bens de domínio público, nos últimos 7 anos:



Evolução do investimento - Imobilizações Corpóreas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Terrenos e recursos naturais	2.287.248,03	2.434.537,23	2.444.465,10	2.445.969,10	2.445.969,10	3.993.524,21	4.303.908,15	4.370.957,96
Edifícios e outras construções	11.518.822,12	12.757.260,15	13.993.779,48	13.996.062,54	15.167.639,33	16.294.485,68	15.806.463,87	16.593.726,54
Equipamento básico	553.153,00	463.727,31	361.147,96	261.380,80	310.727,52	318.773,14	355.817,30	376.918,36
Equipamento de transporte	607.287,73	565.302,13	661.195,69	614.923,27	569.941,43	587.735,96	487.983,21	378.831,18
Ferramentas e utensílios	587,39	5.734,25	6.667,91	11.141,92	20.084,73	18.644,81	12.897,89	7.426,48
Equipamento administrativo	216.957,68	286.219,76	197.103,92	152.927,39	103.233,65	60.957,89	34.877,48	31.073,93
Outras imobilizações corpóreas	1.747,37	1.528,10	1.308,83	1.089,58	876,66	663,76	813,42	813,42
Imobilizações em curso	206.309,55	1.033.298,78	73.476,06	265.235,57	366.838,10	738.353,18	2.664.935,25	4.792.112,76
Total	15.392.112,87	17.647.607,71	17.739.144,95	17.748.730,17	18.985.310,52	22.013.138,63	23.667.696,57	26.551.860,63

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "RP" and "P" with a checkmark.



Evolução do Investimento - Bens de Domínio Público

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Terrenos e recursos naturais	558.623,94	565.925,94	565.925,94	583.925,94	583.925,94	596.296,11	601.140,92	614.395,4
Edifícios	2.078,65	2.052,00	3.723,70	18.647,71	18.342,93	17.927,52	17.512,11	15.668,3
Outras construções e infra-estruturas	2.814.792,30	3.254.808,11	3.358.290,82	3.610.514,46	3.719.806,93	3.889.713,16	3.913.818,85	4.173.580,9
Bens do patri. histórico, artíst. cultural								103.754,5
Outros bens de domínio público	13.290.599,25	13.256.332,44	13.169.403,04	14.935.444,61	15.998.210,35	17.326.518,15	16.479.567,49	17.738.641,5
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	3.327.021,83	3.013.877,22	2.732.513,66	1.600.296,46	921.859,86	1.668.806,91	1.930.497,87	290.643,4
Total	19.993.115,97	20.092.995,71	19.829.857,16	20.748.829,18	21.242.146,01	23.499.261,85	22.942.537,24	22.936.684,2

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2011 registou total de custos, no valor de 10.313.385,05€, e um total de proveitos no valor de 11.031.915,73€, que originaram um resultado líquido de 718.530,68€.

Resultados do Exercício						
Designação	2008	2009	2010	2011	Variação	
					Valor	%
Resultados Operacionais	278.402,21	93.576,99	137.965,46	121.191,51	-16.773,95	-12,16%
Resultados Financeiros	490.250,13	907.028,11	798.190,90	751.062,72	-47.128,18	-5,90%
Resultados Correntes	768.652,34	1.000.605,10	936.156,36	872.254,23	-63.902,13	-6,83%
Resultado Líquido do Exercício	878.908,20	814.697,83	791.823,76	718.530,68	-73.293,08	-9,26%

Os resultados financeiros verificaram uma diminuição relativamente a 2010, fruto da diminuição das receitas.

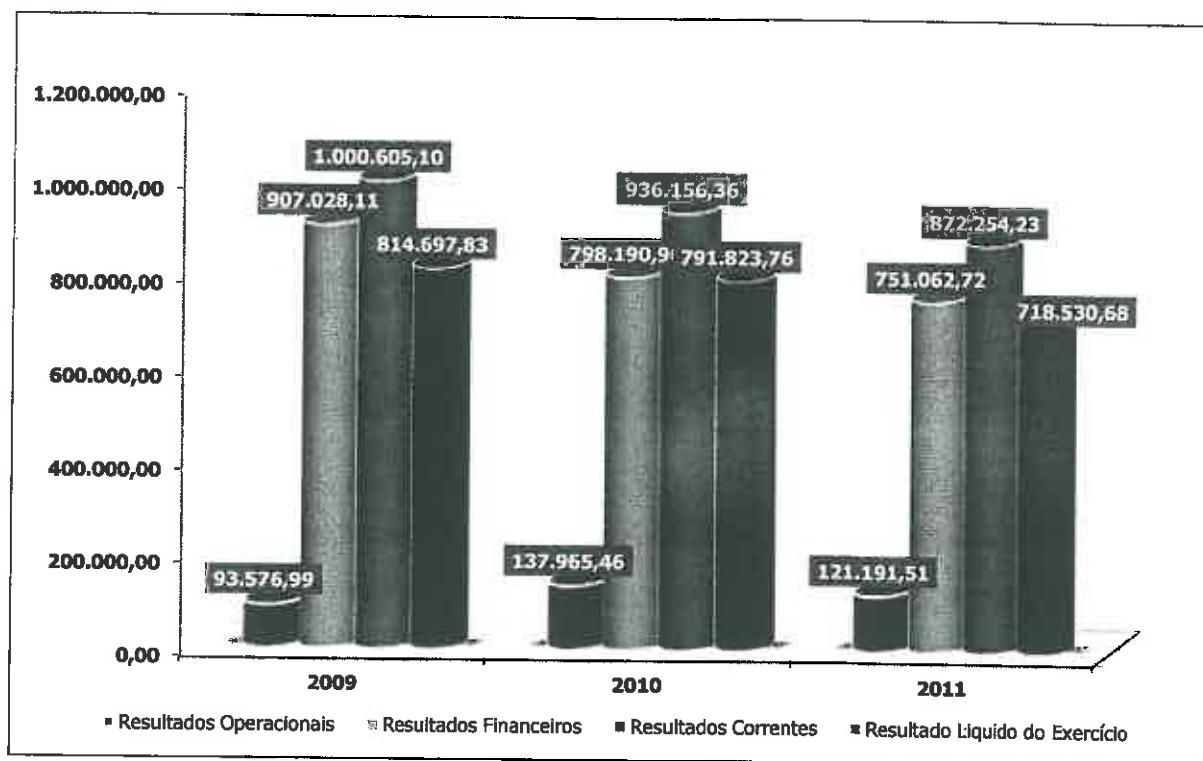
Os Proveitos Operacionais continuam a ultrapassar largamente, os Custos da mesma natureza, traduzindo-se em Resultados Operacionais de 121.191,51€. A diminuição destes resultados, reflete a política de forte investimento municipal, que tem sido seguida pela autarquia, e consequente aumento das amortizações legais, adicionalmente, o encarecimento dos custos com investimentos e atividades, derivado do agravamento das taxas de IVA em 2011. A taxa reduzida, por exemplo, a que estão sujeitas as empreitadas municipais, o aumento de 5% para 6%, traduziu-se num agravamento deste encargo.

Por outro lado, ao nível dos proveitos, o corte nas transferências do Orçamento de Estado impediram que se atingisse o nível de Resultados Operacionais de 2010.

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução negativa registando o valor negativo em 2011 de 153.723,55€.

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de 718.530,68€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.



Custos

À semelhança dos anos anteriores, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 33,22% e 27,79%, respetivamente.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2011 que ascendeu a 223.204,86€.

O aumento dos custos e perdas financeiras resulta do aumento de capital em dívida de empréstimos, consequência da contratação do empréstimo de médio e longo prazo em 2010.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram um aumento em 2011 relativamente a 2010.

Proveitos

A atividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.031.915,73€, os quais decresceram 1,12% comparativamente a 2010.

A Venda e prestação de serviços representam 8% dos proveitos contabilizados e registaram um crescimento de 17%% relativamente a 2010.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se refletidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 59,9% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 949.857,63€, dos quais 931.704,15€ correspondem a rendimentos das concessões (EDP e Parques Eólicos).

O valor dos proveitos extraordinários representa 5,83% do total da estrutura dos proveitos.

Handwritten signatures and initials:
RPM
97
P

Demonstração Resultados				
Contas POCAL	Exercícios			
	2011		2010	
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
61 consumidas:				
612 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias	223.204,86	223.204,86	201.936,53	201.936,53
62 Fornecimentos e serviços externos	2.866.316,88		2.793.017,73	
Custos com o pessoal:				
641+642 Remunerações	2.892.729,30		3.136.493,36	
643 a 648 Encargos sociais	543.274,24	6.302.320,42	629.841,85	6.559.352,94
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações	385.378,91	385.378,91	460.754,26	460.754,26
66 Amortizações do exercício	2.323.313,43		2.198.601,66	
67 Provisões do exercício	19.563,51	2.342.876,94	28.226,49	2.226.828,15
65 Outros custos e perdas operacionais	63.949,41	63.949,41	58.326,07	58.326,07
(A)		9.317.730,54		9.507.197,95
68 Custos e perdas financeiras	198.794,91	198.794,91	129.042,65	129.042,65
(C)		9.516.525,45		9.636.240,60
69 Custos e perdas extraordinárias	796.859,60	796.859,60	727.220,19	727.220,19
(E)		10.313.385,05		10.363.460,79
88 Resultado Líquido do exercício	0,00	718.530,68	0,00	791.823,76
		11.031.915,73		11.155.284,55
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
712+711 Vendas de produtos	436.808,73		363.516,78	
712 Prestações de serviços	397.519,92		349.657,27	
713 Outros Serviços	77.233,52		55.283,12	
715 Reembolsos e Restituições	-2.233,78		-313,25	
716 Anulações	-512,02		-2.854,25	
714 Outras Receitas Correntes	83.740,36	992.556,73	22.895,03	788.184,70
72 Impostos e taxas	1.584.688,67		1.492.431,61	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	253.308,17		239.400,16	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	6.608.368,48		7.125.146,94	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.446.365,32	0,00	8.856.978,71
(B)		9.438.922,05		9.645.163,41
78 Proveitos e ganhos financeiros	949.857,63	949.857,63	927.233,55	927.233,55
(D)		10.388.779,68		10.572.396,96
79 Proveitos e ganhos extraordinários	643.136,05	643.136,05	582.887,59	582.887,59
(F)		11.031.915,73		11.155.284,55

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	121.191,51
Resultados Financeiros: (D-B)- (C-A)	751.062,72
Resultados Correntes: (D)- (C)	872.254,23
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	718.530,68

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2011 seja transferido para a conta 59 e depois aplicado da seguinte forma:

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	
Saldo conta 59	0,00
RLE 2011	718.530,68
Total	718.530,68
Reservas Legais 5%	35.926,53
Reforço de Património	682.604,15

7. Factos relevantes ocorridos após o exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2012 foi recebido a título de comparticipação da obra da "Requalificação da Antiga Cerâmica Arganilense" o montante de 1.123.137,95€, valor este que constava nos outros devedores em 31-12-2011.

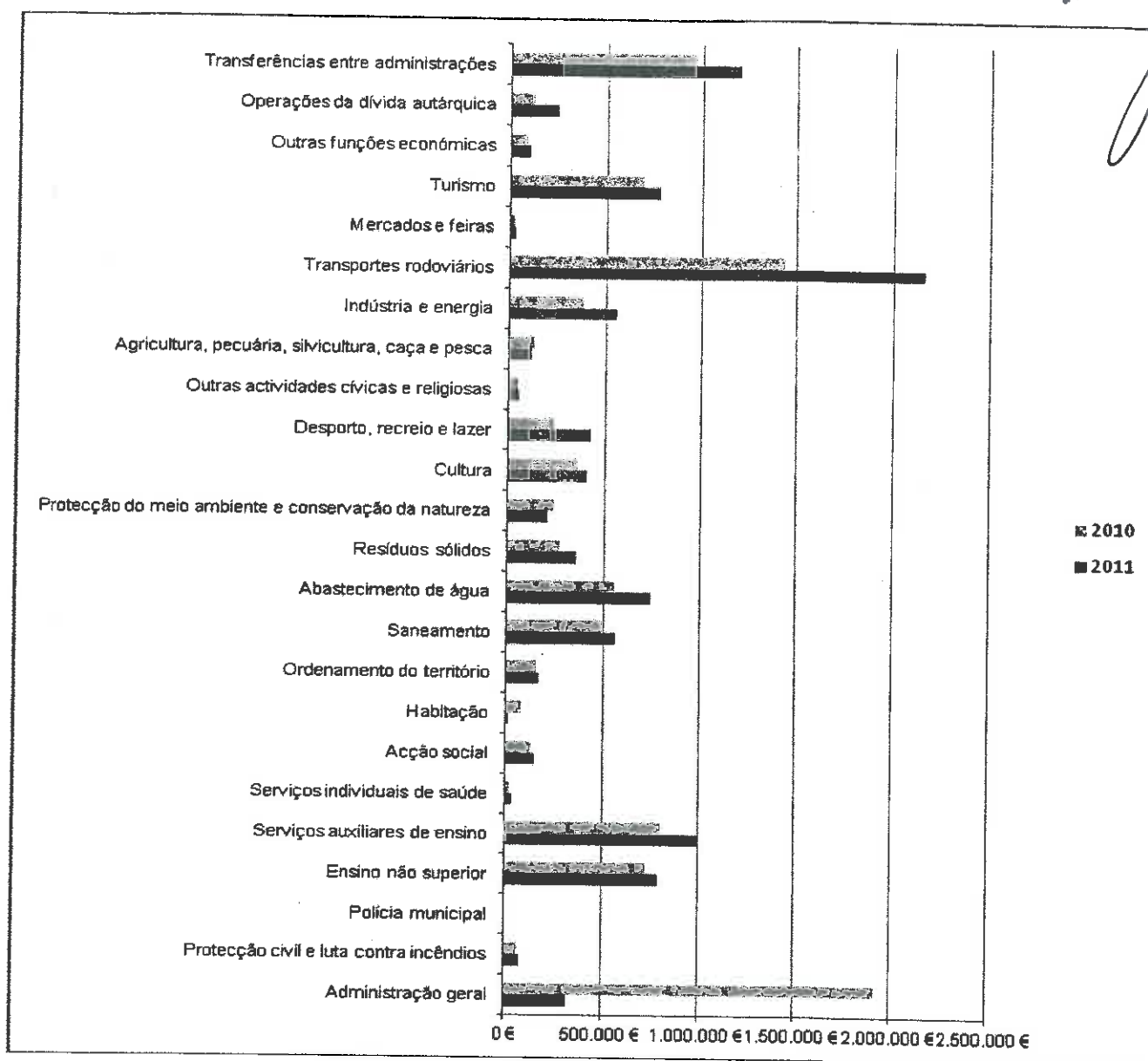
8 - Contabilidade de Custos

Dando cumprimento ao determinado no ponto 2.8.3 do POCAL, no ano de 2011 continuou-se a utilizar e a aprofundar o sistema de Contabilidade Analítica, o que permitiu apurar custos por funções, centros de responsabilidade e por bens e serviços.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis. Dentro dos custos diretos encontram-se os custos com Mão-de-Obra e Máquinas e Viaturas. Estes custos são previsionais, baseados em dados do ano anterior.

A Contabilidade de Custos permite apurar custos por bens e serviços e centros de responsabilidade; no entanto tal análise seria muito exaustiva pelo que se optou pela apresentação dos custos por Funções. No ano de 2010 optou-se por repartir os custos indiretos da função 111 – Serviços gerais da Administração Pública pelas restantes funções, pois estes são custos administrativos considerados custos indiretos das restantes funções.

Funções 2011		
	Custo por funções	%
1 Funções Gerais	404.251,80	3,84%
110 Serviços gerais de administração pública	324.168,10	3,08%
111 Administração geral	324.168,10	3,08%
120 Segurança e ordem públicas	80.083,70	0,76%
121 Protecção civil e luta contra incêndios	80.083,70	0,76%
2 Funções sociais	4.921.421,17	46,75%
210 Educação	1.795.380,43	17,06%
211 Ensino não superior	788.601,82	7,49%
212 Serviços auxiliares de ensino	1.006.778,61	9,56%
220 Saúde	30.969,89	0,29%
221 Serviços individuais de saúde	30.969,89	0,29%
230 Segurança social	152.134,71	1,45%
232 Acção social	152.134,71	1,45%
240 Habitação e serviços colectivos	2.058.585,84	19,56%
241 Habitação	12.706,87	0,12%
242 Ordenamento do território	169.705,28	1,61%
243 Saneamento	563.316,44	5,35%
244 Abastecimento de água	744.000,15	7,07%
245 Resíduos sólidos	358.044,90	3,40%
246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	210.812,20	2,00%
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos	884.350,30	8,40%
251 Cultura	405.929,25	3,86%
252 Desporto, recreio e lazer	426.201,50	4,05%
253 Outras actividades cívicas e religiosas	52.219,55	0,50%
3 Funções económicas	3.751.438,57	35,64%
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	118.878,64	1,13%
320 Indústria e energia	560.520,77	5,32%
330 Transportes e comunicações	2.160.991,68	20,53%
331 Transportes rodoviários	2.160.991,68	20,53%
340 Comércio e turismo	804.414,69	7,64%
341 Mercados e feiras	24.307,68	0,23%
342 Turismo	780.107,01	7,41%
350 Outras funções económicas	106.632,79	1,01%
4 Outras funções	1.449.130,52	13,77%
410 Operações da dívida autárquica	249.432,78	2,37%
420 Transferências entre administrações	1.199.697,74	11,40%
Total	10.526.242,06	100,00%



Como podemos observar pela tabela e pelo gráfico, as Funções Sociais representam cerca de 46% dos custos do Município, de salientar a Educação com custos totais na ordem de um milhão e setecentos e noventa e cinco mil euros, o Saneamento com cerca de quinhentos e sessenta e três mil euros, o Abastecimento de Água com cerca de setecentos e quarenta e quatro mil euros e os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos com cerca de oitocentos e oitenta e quatro mil euros.

De seguida podemos realçar as Funções Económicas com cerca de 35% do total de custos, destas os custos com os Transportes Rodoviários registam um valor na ordem de dois milhões cento e sessenta mil euros, seguidos do Turismo com cerca de setecentos e oitenta mil euros e a Indústria e Energia com quinhentos e sessenta mil euros.

As Funções Gerais representam apenas cerca de 3,84%, porque os custos da função 111, na ordem de um milhão setecentos e noventa e três mil euros, foram distribuídos pelas restantes funções. Tal distribuição deve-se a uma opção do município por se considerarem que os custos aqui imputados são administrativos e tem uma correlação com as restantes funções.

Relativamente ao ano anterior as funções onde existem maiores diferenças são:

- Administração Geral – de 2010 para 2011 pode verificar-se um elevado aumento porque como referido anteriormente, os custos indiretos desta função, na ordem de um milhão e setecentos mil euros, foram imputados às restantes funções.

- Transportes Rodoviários, de 2010 para 2011 os custos aumentaram na ordem dos setecentos mil euros, destes cerca de trezentos mil euros referem-se a abates ao património no âmbito dos arruamentos da freguesia de Arganil. Por sua vez os custos indiretos aumentaram cerca de cento e trinta mil euros quer pelo aumento no custo direto nos arruamentos, quer pela imputação da função de Administração Geral.

9. Considerações Finais

O ano económico de 2011 terminou com um saldo de gerência de 859.204,45€, sendo 424.329,86€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 434.874,59€ relativos a saldo de operações de tesouraria.

RPAS
528
9

